

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2013

Aos 18 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas nove horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Carlos Manuel Pereira Martins • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Ventura • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Luís Sanchez dos Santos • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Tibério Gil Lopes • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Marisa Bela Rocha Sousa • Pérciles Pereira Ortins • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

António Félix Flores Rodrigues • Artur Manuel Leal de Lima • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

A ata da sessão de 23 de setembro de 2013 foi posta à discussão e não se tendo registado quaisquer intervenções foi aprovada com 36 votos a favor e 2 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Relatório Intercalar da fiscalização efetuada aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.**
- **Relatório Intercalar da fiscalização efetuada à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.**
- **Atas e minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.**
- **Da Federação Nacional dos Professores, o envio de uma carta em defesa da escola pública.**
- **Ofício do senhor presidente da Câmara que o senhor presidente da Mesa da Assembleia passou a ler:**

«Colaboração com a Universidade dos Açores.

Para os efeitos do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto dos Eleitos Locais, conjugado com o artigo 6.º da lei 64/93 de 26 de agosto, com as alterações das leis n.ºs 28/95 de 18 de agosto e n.º 12/98 de 24 de fevereiro, estabelece-se que:

Os presidentes e vereadores de câmaras municipais, mesmo em regime de permanência, podem exercer outras atividades, devendo comunicá-las, quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal, na reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas atividades não autárquicas.

Venho comunicar à Assembleia Municipal que mantenho atividade letiva na Universidade dos Açores em regime pós laboral e gratuito.

A lecionação na Universidade dos Açores não interfere com a minha atividade como autarca e será mantida enquanto for considerada necessária pelos competentes órgãos académicos.

Com os melhores cumprimentos,

O presidente da Câmara,

José Gabriel Álamo de Meneses.»

Sr. presidente da Mesa: – O Grupo de Forcados enviou uma medalha e uma simpática carta ao presidente da Assembleia Municipal que me apraz registar com algum agrado.

Comunico aos senhores deputados que continuamos nesta sessão com o regimento da Assembleia anterior. É minha intenção, na próxima conferência de líderes, constituir um grupo de trabalho para alterar o regimento e pô-lo de acordo com a nova legislação; enquanto tal não acontecer e como era impossível fazê-lo para esta reunião, coloco à consideração dos senhores deputados, o facto de continuarmos com o regimento da Assembleia anterior. Se não houver objeção, é assim que procederemos aos trabalhos de hoje.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

(Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente).

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Penso que o senhor presidente se vai rir porque costumo fazer uma intervenção de praxe relativa ao trânsito entre a escola Tomás de Borba e o império de S. Carlos. Sei que é uma estrada regional da responsabilidade do Governo Regional mas é uma preocupação que nos assiste, bem como a todos os municípios deste concelho, principalmente os que circulam naquela via que é muito apertada.

Há muitas situações complicadas de possíveis atropelamentos, principalmente quando as crianças circulam entre a escola e a mercearia de S. Carlos e receamos que aconteça ali uma tragédia.

Pergunto ao senhor presidente quais as diligências que irá tomar junto da Comissão de Trânsito e do Governo Regional para se tentar encontrar uma solução para aquele problema. Sei que, qualquer solução que venha a ser tomada, não será popular, porque há ali muita gente contra as várias soluções que têm sido apresentadas, mas o certo é que tem que se resolver aquele problema antes que aconteça ali uma tragédia com a morte de uma criança e acabemos por chorar sobre o leite derramado. É importante que se resolvam as coisas antes do mal-estar feito.

Pergunto-lhe também se a Câmara já tem os edifícios devolutos, principalmente os do centro histórico da cidade, degradados desde o sismo de 1980. Lembro dois casos: um que fica anexo à residencial Cruzeiro na rua do Cruzeiro e um outro situado na rua de Jesus que pertence à Assembleia Legislativa Regional.

Gostaria de saber se esse levantamento já foi feito e que diligências poderão ser tomadas para se minimizar ou resolver o problema desses edifícios que se encontram em risco de derrocada e constituem perigo para a saúde pública.

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores membros da Câmara Municipal.

Em relação à sua primeira pergunta, não fui eu que iniciei o processo que já se encontrava em curso. Há cerca de 3 semanas recebi um ofício vindo das obras públicas, comunicando uma proposta de solução que consistia em colocar o trânsito apenas num sentido e com o trânsito de retorno a ser feito por um conjunto de vias municipais, iniciando pela zona da canada do Celis.

A proposta está a ser analisada e levanta sérios problemas em termos da sua exequibilidade mas a decisão final pertencerá ao Governo. Da parte da Câmara não haverá obstáculo que assim se faça, embora se reconheça que há sérios inconvenientes dado o perfil das vias municipais que serão utilizadas em sentido único. A solução ideal, que a Câmara deve preconizar, e creio que será consensual, é o prolongamento da via que passa diante da escola, pelo menos até à canada do Celis.

Há um espaço canal que em tempos foi reservado para isso, mas, infelizmente, essa reserva não foi mantida como devia. Neste momento há diversas interferências em relação a pretensões de particulares e esta matéria tem que ser retomada em Sede de revisão do Plano Diretor Municipal para que se garanta uma solução em termos futuros já que, analisado o perfil das vidas daquela zona, nenhuma apresenta condições para um escoamento eficiente do trânsito. Qualquer solução que se adote acabará sempre por prejudicar um número muito razoável de moradores e de pessoas que atravessam aquela zona para se deslocarem para Angra.

Foi oficiado pela Câmara que a mesma seguirá o que o Governo decidir, por isso aguardamos a sua decisão. Se o Governo decidir colocar aquela via em sentido único, teremos também que colocar em sentido único as correspondentes vias municipais, embora com inconvenientes.

Esta será, provavelmente, a melhor solução tendo em conta os riscos que a senhora muito bem aqui apontou.

Em relação aos edifícios, ainda não houve tempo para o fazer mas trataremos disso logo que possível.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Em primeiro lugar, senhor presidente da Assembleia, tenho uma questão para lhe colocar que é mais uma constatação porque o senhor acumula funções com a presidência do Conselho de Ilha da Terceira que não reuniu nem emitiu Parecer sobre o Plano e Orçamento regionais para 2014. Foi dos poucos, se não o único, Conselho de Ilha que não o fez e foi com pena que não vi um Parecer do Conselho da minha ilha quando se debateram os documentos previsionais para 2014 na Assembleia Legislativa Regional.

Compreendo que não estavam eleitos os novos membros oriundos das assembleias municipais; no entanto, é meu entender que, até estarem eleitos os novos membros, os anteriores mantêm-se em funções. É assim que acontece nas câmaras municipais, nas assembleias, etc. Poderia e deveria ter sido convocado o Conselho de Ilha, que deveria ter emitido um Parecer.

O Conselho de ilha da Terceira e a ilha Terceira deveriam ter tido uma opinião acerca do Plano e Orçamento regionais para 2014 que contemplam dotações para obras, investimentos e outras questões importantes para a ilha e não tem, (pecando também por omissão), dotações para outros investimentos e outras questões importantes para a ilha. Relembro uma que a si é muito cara que é, de novo, a questão do cais de cruzeiros que desaparece dos referidos documentos sem que lhe seja feita qualquer referência. Mais uma vez foi o adiar da promessa para as calendas gregas.

Em segundo lugar, para o senhor presidente da Câmara: se possível, gostaria que o senhor me dissesse qual é o horário do presidente da Câmara, o que significa para si um regime pós laboral no exercício das funções de presidente da Câmara e como é possível compatibilizar as funções de presidente de uma autarquia com a dimensão e a importância da de Angra do Heroísmo (que, no entender do grupo municipal do PSD, requer uma atenção 24 horas por dia, 7 dias por semana), com outras atividades, além de que, a acumulação com essas outras atividades, por muito nobres e legais que sejam, e são, não foram devidamente comunicadas nem debatidas em campanha eleitoral.

Como terceira questão, uma pergunta que faço em todas as assembleias municipais: gostaria de saber se o empreendimento do hotel do Canta Galo já se encontra dentro da legalidade, ou seja, se já houve um gabinete de projetos que se tenha responsabilizado por fazer as alterações ao projeto, de modo a que o que está construído coincida com o que está projetado ou se, pelo contrário, já foram feitas as alterações em obra de modo a que a mesma fique de acordo com o projeto.

Se nada foi feito, gostaria de saber se o senhor presidente vai fazer cumprir a lei e determinar o encerramento do hotel porque, dizer que agora na Câmara de Angra há quem mande, não deve servir apenas para retórica de artigo de jornal; deve servir para exercer o cargo e fazer cumprir a lei.

Gostaria também de saber como está o andamento do processo de remodelação das calçadas de Angra e o processo de cobrança das elevadas coimas devidas à Câmara por parte do empreiteiro que executou pessimamente a parte da obra que foi dada como concluída; gostaria de saber se essas coimas estão cobradas, se não estão e, nesse caso, quando vão ser, que

medidas vai o presidente da Câmara tomar para receber esse dinheiro e quando será lançada a nova empreitada.

Ainda dentro do tema das calçadas, gostaríamos que nos informasse quando vão ser corrigidos os defeitos detetados e denunciados pelos relatórios da Direção Regional da Cultura e se os mesmos farão parte do projeto da nova empreitada de requalificação das referidas calçadas. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Começo por dizer ao senhor deputado Luís Rendeiro que espero que a ilha Terceira tenha estado representada pelos senhores deputados.

Em relação ao Conselho de Ilha, propus ao senhor presidente da Assembleia Municipal da Praia que, na primeira sessão fossem indicados os membros do Conselho de Ilha e tomei o mesmo procedimento em relação a esta Assembleia Municipal. Consultei os líderes dos partidos e entendeu-se que não era oportuno fazer a eleição dos membros para o Conselho de Ilha, que seria feita em momento oportuno para que o Conselho se pronunciasse sobre o Plano e Orçamento.

Depois de consultar os senhores presidentes de Câmara, foi meu entendimento que o Conselho de Ilha não reunia as condições para dar um Parecer consistente relativamente a esta matéria. Foi esta a decisão, que é obviamente discutível.

Teoricamente o Conselho podia reunir mas, se eu não tivesse feito a consulta prévia às assembleias municipais, haveria motivo de censura. Fiz a consulta e entendeu-se que não seria oportuno fazer a reunião que ficaria para momento posterior.

Sr. presidente da Câmara: – A acumulação de funções na universidade é um assunto do meu foro pessoal; só eu e exclusivamente eu decido sobre essa matéria. O que o senhor deputado poderá questionar é se cumpro as minhas funções como presidente de Câmara; orgulho-me de as cumprir, de ter o serviço todo em dia e o expediente nunca parou devido às minhas atividades. Aquilo que faço ou não faço no meu tempo livre é uma decisão que só a mim me compete.

O horário não é pós laboral em relação à Câmara; é pós laboral na definição do horário da universidade. Como sabe, em relação à Câmara, tenho horário livre que desempenho como considero conveniente nesta casa, chego à hora que devo chegar, saio à hora que devo sair e faço o serviço que devo fazer. A lei diz que posso fazer assim, é assim que farei.

Em relação às questões do hotel do Canta Galo, neste momento está aprovada a arquitetura, foi dado um prazo para que o promotor apresentasse alguns documentos da especialidade e espera-se que o faça nos próximos dias.

A intenção da Câmara Municipal é licenciar o estabelecimento logo que sejam cumpridos os requisitos legais. Nesta altura ainda não foram cumpridos mas foi dado o primeiro passo que era o licenciamento da arquitetura. Após esse passo e a lei prevê que sejam entregues alguns documentos dentro dos respetivos prazos. Não há qualquer interesse da Câmara Municipal em criar mais problemas de emprego nesta cidade, além dos que já existem.

Por razões óbvias, o senhor vice-presidente responderá à questão das calçadas. A matéria relacionada com o futuro das calçadas terá que ser analisada num contexto completamente diferente, quer do ponto de vista do perfil das ruas, quer da tecnologia usada para a feitura das calçadas. Já foi iniciado esse processo e estamos a consultar quem sabe dessa matéria.

Foi obtida a colaboração da Câmara Municipal de Ponta Delgada que possui alguma experiência relevante nessa matéria. A breve trecho, alguns dos nossos trabalhadores visitarão aquela cidade e farão uma visita conjunta com os calceteiros da Câmara ao trabalho que lá está a ser feito. Ficou também acordado que, em caso de necessidade, alguém de lá viria cá.

Há também um conjunto de procedimentos que estão a ser tomados no sentido de se estudar o melhor perfil para as ruas quanto à largura e ao desnível em relação aos passeios, além de outras questões, matéria que demorará alguns meses.

Conforme o que foi dito na altura da campanha eleitoral, reequacionaremos globalmente a questão das calçadas, algo que não acontecerá nos próximos meses, por se tratar de matéria complexa. Logo que esse trabalho esteja concluído, será dado conhecimento.

Sr. vice-presidente da Câmara: – A adjudicação da empreitada das calçadas foi anulada e estão a ser resolvidas as questões relacionadas com essa anulação. Se tivermos que seguir para tribunal, assim faremos para resolvermos a situação e chegarmos a uma conclusão relativamente a esta empreitada.

Sr. d. m. Manuel Ferreira: – Exmo. Senhor presidente da Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara Municipal, caros colegas, bom dia a todos.

Em relação à questão do Caminho do Meio de S. Carlos, posso dizer que a Junta de Freguesia, juntamente com um grupo de moradores de S. Carlos, reuniu com o senhor provedor de justiça. Levantámos a questão, o senhor deu-se ao trabalho de verificar pessoalmente a situação e ficou de levar o processo para Lisboa para ser estudado com vista à melhor solução para aquela zona. Isto passou-se há 2 meses e ainda não obtivemos resposta sobre o assunto mas estamos a trabalhar nisso. Sempre colaborei com esse grupo de moradores desde o meu primeiro mandato com vista à resolução desta situação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Voltando ao assunto do hotel de Canta Galo, desde sempre, e pelas questões já debatidas em anteriores assembleias municipais e com anteriores presidentes de Câmara, julgo que os problemas maiores e mais graves relacionados com aquele empreendimento se situaram exatamente ao nível dos projetos das empreitadas de especialidades.

Nada mudou até há pouco tempo porque o empresário entendia que tinha razão, não tinha nada a mudar e o empreendimento tinha que ser licenciado tal e qual como estava. Deu provas da sua atitude e do seu comportamento numa reunião da Assembleia Municipal, na qual eu não estive presente, mas consultei as atas e pude registar o modo como o senhor se comportou e dirigiu aos presentes e à vereação camarária de então, não augurando nada de bom quanto à sua eventual boa vontade no cumprimento da lei e das suas obrigações no que diz respeito à legalização daquele hotel.

Não julgue o senhor presidente que não nos preocupa o desemprego no concelho, situação que, neste momento, é o maior flagelo que atinge a região dos Açores e em particular o concelho de Angra. Não há desagregação dos valores do desemprego por ilha ou por concelho, por parte do Serviço Regional de Estatística. Não existem números em que possamos confiar e não acredito que sejam os 1 800 que o senhor presidente da Câmara referiu; julgo que os valores reais do desemprego serão muito mais elevados. Preocupa-nos o desemprego, é certo, mas também nos preocupa o cumprimento da lei e a segurança daquele empreendimento.

Devo lembrar que projetos de estruturas e de eletrificação são projetos de especialidades; poderá haver ali problemas graves e alguns foram detetados por uma inspeção que foi realizada àquele empreendimento. Poderá estar em causa a segurança do hotel e de todos os que lá trabalham ou fiquem lá hospedados. Essa questão é importante, não vá haver uma tragédia num hotel que nasceu torto, torto foi construído e torto está aberto ao público com uma licença torta e provisória.

Quanto à sua acumulação de funções com a docência, devo discordar de si porque, de facto, não é uma questão pessoal, mas sim uma questão política. O senhor foi eleito presidente da

Câmara de Angra e, como tal, quaisquer outras funções que desempenhe, tornam-se uma questão política; as questões pessoais são outras que têm a ver com o seu foro íntimo e pessoal. A acumulação de outras funções com o exercício da atividade pública e política de presidente da Câmara são uma questão política.

Sr. d. m. Tibério Lopes: – Muito bom dia. A minha intervenção prende-se com a comunicação da representação da Assembleia Municipal feita pelo presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu, João Carlos Tavares, num congresso da Associação Nacional de Municípios que se realizou há pouco tempo e também para dar a conhecer a todos a eleição dos novos órgãos.

Uma vez que foi em representação deste órgão, a Assembleia Municipal, gostaria de comunicar que, durante o congresso, quer pelos membros cessantes, quer pelos que tomaram posse, foi manifestado descontentamento em relação à lei dos compromissos e existiu mesmo um Parecer desfavorável relativamente ao Plano e Orçamento do Estado para 2014. Muito obrigado senhor presidente.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 23 de setembro a 18 de dezembro, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – Ainda não decorreram dois meses sobre a instalação e tomada de posse dos órgãos autárquicos. Este foi essencialmente um período de aprendizagem para sentirmos o modo de funcionamento da instituição, pelo que não há assim nada de especial a assinalar no que toca a atividades de maior relevância.

Gostaria no entanto de informar a Assembleia sobre um conjunto de empreitadas e matérias relacionadas com os fundos comunitários. Uma grande urgência para este executivo camarário é o bom aproveitamento dos fundos comunitários, já que chegámos ao dia 30 de novembro, último dia em que há estatística publicada sobre esta matéria, com apenas 69% de execução dos fundos disponíveis, pelo que tivemos de dedicar uma grande energia à elaboração das candidaturas e ao lançamento de algumas empreitadas necessárias, no sentido de um bom aproveitamento desses fundos.

Posso comunicar a esta Assembleia que já foram candidatas obras que excedem largamente o valor que atribuído à nossa autarquia. Isto foi feito no sentido de tentar aproveitar a redistribuição de fundos, já que existem diversas autarquias da região sem condições financeiras para levarem a cabo a execução das verbas que lhes estão atribuídas. Felizmente a nossa autarquia possui essas condições e isso encontra-se refletido na proposta de orçamento que mais à frente se apreciará.

A segunda questão tem a ver com o empréstimo autorizado pelo Ministério das Finanças a 11 de outubro passado, respeitante à resolução dos problemas do Porto Judeu; felizmente já foi resolvido, foi obtido o visto e ultrapassadas algumas questões. Havia grande urgência, já que isso terá que estar consolidado antes do dia 31 de dezembro.

Havia também questões urgentes a resolver no que diz respeito ao andamento de algumas obras municipais. Tínhamos obras adjudicadas que, nalguns casos, careciam de finalização do processo de consignação, noutros havia obras que estavam a andar a um ritmo demasiado lento e foram tomadas as medidas necessárias.

As obras que careciam de visto ou de consignação, já os obtiveram e iniciaram-se os trabalhos. Uma das mais problemáticas era uma obra aqui ao lado no jardim de Angra que estava consignada há muitos meses e está em andamento, embora lento.

A obra da escola de Santa Bárbara já foi iniciada, embora de forma mais lenta do que o desejado, assim como a obra dos Serviços Municipalizados ali na Ladeira Branca que causava seriíssimos problemas cada vez que chovia. Depois de uma intervenção enérgica por parte da Câmara, a obra retomou o ritmo e espero que hoje esteja a ser colocado o *tout venant* que vai servir de base ao asfaltamento da zona para que sejam ultrapassados definitivamente os problemas de inertes que escorriam até ao centro da cidade cada vez que chovia.

Também foi possível chegar a acordo com o INATEL sobre a gestão das piscinas que passou para a tutela municipal na semana passada. No próximo mês serão desenvolvidas as questões práticas no sentido de passar a ser a Câmara Municipal a gerir aquelas piscinas num acordo com o INATEL que também envolveu a transferência do edifício do Beco da Pereira para o património municipal e posteriormente para o património da Junta de Freguesia de Santa Luzia.

O protocolo já foi assinado pela Câmara e pelo INATEL e falta agora a sua operacionalização que será feita ao longo dos próximos meses. Tenho a expectativa de que, para fevereiro ou março, teremos o protocolo devidamente operacionalizado para podermos passar a ter uma gestão feita pelo município em relação aos acessos às piscinas municipais.

Ainda dentro das atividades que a autarquia foi desenvolvendo, houve reuniões de elementos da Câmara, eu participei na maioria, mas os vereadores participaram em todas as que decorreram com todos os presidentes de Juntas de Freguesia no sentido de se fazer também um recenseamento das questões de cada freguesia que havia para resolver.

Essa ronda de reuniões foi feita com as 19 freguesias do concelho, foram obtidas informações importantes para a atividade municipal e ainda estamos a trabalhar nelas porque não houve tempo de darmos execução a todas as questões recenseadas nesses encontros.

Basicamente foram estas as questões em que a Câmara se ocupou, desde que se encontra em funções.

Sr. d. m. Félix Rodrigues: – Muito bom dia ao senhor presidente e senhores membros da Mesa, à Câmara Municipal e aos seus vereadores e a todos os membros da Assembleia Municipal.

Queria tecer algumas considerações à estrutura e à forma do documento relativo à atividade municipal, que considero importante para termos uma ideia global do que se faz no município e deve ser conciso, com uma determinada lógica, para que o que é importante possa sobressair.

Por vezes a forma como se organiza este documento é ridícula. Há pontos que merecem ser transmitidos com clareza a esta Assembleia mas há outros que mais parecem o diário dos funcionários desta casa.

Há um ponto que é apresentado como sendo uma atividade da Câmara Municipal, que é a atualização do processo de habitação para uma situação de divórcio e há ainda um outro caso sobre a ausência de uma velhota por problemas de saúde; acho que isto ridiculariza um bocadinho a informação que deve ser prestada à Assembleia Municipal.

Por outro lado, talvez devesse haver uma melhor organização da informação. Diz-se, e muito bem, que a Câmara Municipal organizou as cerimónias comemorativas dos 30 anos de Angra Património; sim senhor, foi uma organização da Câmara que decorreu neste salão nobre. No ponto seguinte, ao dizer-se que uma das atividades do senhor presidente é a presença nessa

mesma organização, acaba por ser um pouco repetitivo. Não creio que seja nada pertinente que se diga também que, nesta época de festas natalícias, os vereadores andaram a jantar em A, B, C, D, etc.

Há informações importantes para que todos saibamos o que se passa em termos de atividade cultural, de lançamentos de livros, etc., que decorrem neste salão nobre ou por iniciativa da Câmara mas, ao entrar-se no pormenor do balde do lixo que foi colocado não sei onde, acaba-se por transformar o documento numa coletânea das agendas dos técnicos principais da Câmara Municipal e acho que isto não contribui para uma compreensão da globalidade da atividade municipal. Assim, parece-me que, a páginas tantas, a gente desliga daquilo que é importante.

Tenho observado desde sempre que, na informação que é prestada, há também uma tendência generalizada de encher para parecer que é muito; vamos colocar muitas folhas para parecer que se fez muito. É a ideia com que se fica. Fazer muito ou pouco é um bocado relativo; acho que a informação deve ser pertinente porque ninguém tem paciência para ver quantos processos houve de consulta e de fechaduras que foram trocadas, etc. Gostaria que o documento fosse mais informativo e com mais substância, sem dissuasores desta natureza.

Sr. presidente da Câmara: – Dou toda a razão ao senhor deputado Félix Rodrigues. De facto, sem o querer qualificar, a verdade é que este é o documento que tradicionalmente é feito e também o vi pela primeira vez agora nesta reunião. Confesso que nunca o tinha visto e há, de facto, um listar de coisas que não fazem muito sentido. Posso desde já comprometer-me que, em edições futuras, se tentará olhar para o que é importante.

A verdade é que esta listagem existe mas pode ficar colocada num sítio qualquer como anexo para alguém que a queira consultar. Não me quero repetir mas não foram muitas as coisas relevantes neste mês e meio de atividade da Câmara. A dimensão do caderno não reflete a realidade porque isto não se mede pelo número de folhas e há a necessidade de separar o trigo do joio. Do ponto de vista da comunicação política que interessa a esta Assembleia, o que é relevante é bem menos do que a listagem que aqui está.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente e vereadores da Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados.

Um dos pontos abordados no âmbito deste relatório tem a ver com a obra de saneamento básico que decorre na Ladeira Branca em Santa Luzia, por isso gostaria de fazer dois registos e colocar uma questão.

Lembro que esta obra resulta historicamente de uma proposta do CDS-PP aprovada no âmbito do orçamento da Câmara para 2011.

Quanto ao segundo registo acontece que, lamentavelmente, quem geria a Câmara preferiu fazer campanha eleitoral com o assunto e lançar a obra em vésperas de novas eleições autárquicas à entrada de um período de inverno, por isso, é óbvio que a mesma tem que causar problemas graves e chatos como referiu o senhor presidente da Câmara. Neste sentido, gostava de saber para quando se prevê a conclusão daqueles trabalhos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Oh, senhor presidente. Em primeiro lugar gostaria de lhe dar as boas vindas ao clube daqueles que, durante anos, vinham a defender que, de facto, havia na Câmara execuções medíocres dos fundos comunitários.

Durante os últimos quatro anos, pelo menos, fizemos ferozes críticas ao modo como eram executadas as Grandes Opções do Plano e os Planos Plurianuais de Investimentos nas análises dos relatórios e contas da Câmara e a falta de aproveitamento desses fundos comunitários. As execuções eram medíocres e ridículas, não se fazia obra, não se aproveitavam os recursos disponíveis e o Partido Socialista sempre defendeu a Câmara de então e as posturas que eram

adotadas. Alguns deputados municipais aqui presentes também estavam na anterior legislatura.

Saúdo a preocupação do senhor presidente com o bom aproveitamento dos fundos comunitários e dou-lhe as boas vindas a este lado do debate que é o lado que defende que não devemos desperdiçar um recurso que seja porque os tempos são de crise.

Concordo com o professor Félix Rodrigues quando diz que este documento acaba por ser um resumo da agenda do expediente diário da Câmara e não um relato de atividades onde transparece um claro pulsar do desenvolvimento do município. Também percebo que, pelo menos até agora, não seja fácil a existência de um relatório de atividades que expresse esse mesmo desenvolvimento porque não tem havido muito.

Destaco algumas questões do que aqui é exposto como o início da construção da escola de Santa Bárbara e desejo que aquela freguesia tenha uma escola nova e boa sem polémicas ou questões nebulosas porque se impõe que este seja um processo transparente, sem incidentes e em tudo diferente do que aconteceu com a escola da Ribeirinha que, apesar de já estar a funcionar com alunos lá dentro, ainda não é um processo concluído.

Há ainda uma outra questão que tem a ver com o novo canil municipal de Angra do Heroísmo que, ao que se sabe, ainda não estará certificado como centro oficial de recolha de animais. Gostaria de lhe perguntar para quando se prevê essa certificação porque, ao que me parece, o único centro oficial de recolha é o canil municipal de Ponta Delgada.

Temos recebido também inúmeras queixas de munícipes acerca do fecho do trânsito automóvel em frente ao edifício dos Paços do Concelho, bem como da inestética colocação da árvore de Natal nessa passagem. Esta decisão tem causado alguns transtornos no trânsito da cidade porque os munícipes são agora obrigados a subir a rua do Galo ou a rua da Garoupinha até à rua do Cruzeiro para poderem contornar a Praça Velha e voltar à rua da Sé.

Se a Câmara entender, é tempo de reabrir o trânsito naquela passagem, colocar a árvore de Natal noutra local e corrigir esta situação; mas pergunto se há uma segunda intenção, ou seja, se a Câmara tem intenção de tornar o fecho daquela passagem definitivo, impedindo que se contorne a Praça Velha como se faz agora.

Há uma outra questão que tem a ver com a situação das rendas em atraso nas habitações sociais. O anterior executivo propôs a realização de trabalho comunitário como forma de amortização dessas rendas e eu gostaria de saber qual vai ser o procedimento deste executivo quanto à problemática do seu não pagamento.

O mesmo se questiona quanto às rendas devidas à extinta Culturangra referentes a espaços como os das lojas e garagens do edifício dos Côrte-real, do bar do Centro Cultural e de Congressos e da Casa da Roda. Já agora, gostaria que me informasse em que pé está uma eventual concessão à exploração daquele espaço e em que condições se prevê que a mesma possa ser vir a ser feita.

Tinha uma questão relativa à Ladeira Branca mas identifique-me com o que foi dito pelo senhor deputado Pedro Ferreira e vou falar do mercado Duque de Bragança. Neste relatório de atividades fala-se no concurso público para o fornecimento de estudo prévio, o anteprojecto de assistência técnica para a construção daquele mercado e da notificação da não adjudicação.

Relembro que este processo foi tratado à pressa pelo anterior executivo e já em período de campanha eleitoral a menos de um mês das eleições e agora surge uma notificação de não adjudicação.

A pergunta é: a Câmara quer ou não fazer um mercado no local atual? Quer um mercado novo ou um mercado requalificado? Vamos ter um ou dois mercados em Angra? É tempo de

esclarecer dúvidas e de o senhor presidente dizer se o mercado vai ser ali ou se tem outra ideia e pretende construir outro noutra local.

Relembro que há três anos o grupo municipal do PSD apresentou aqui uma proposta que visava a construção de um mercado municipal novo de raiz no Bailão, proposta essa que foi reprovada em Assembleia Municipal pelo grupo municipal do Partido Socialista. Gostaria de ouvir a posição do senhor presidente da Câmara quanto a esse assunto. Se calhar vou dar-lhe também as boas vindas a uma mudança de posição.

Temos aqui no relatório de atividades algumas referências quanto a custos de projetos de especialidades e de aquisição de serviços para elaboração do projeto de arquitetura para o Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo com valores muito elevados. Os custos em estudos e projetos desta obra são arrepiantes e indiciam um custo final da obra com contornos descomunais.

Entendemos em campanha (e continuamos a fazê-lo), que esta obra nestes moldes não é de todo prioritária para o concelho e que estas verbas poderiam ser melhor canalizadas para outras áreas como o apoio social a famílias carenciadas neste tempo de crise com o desemprego que por ai graça, mas a Câmara optou por se regozijar com o facto de poder ter em Angra uma obra do arquiteto Sisa Vieira. Não faz mal; o povo é que paga.

Gostaria que o senhor presidente nos fizesse um comentário em relação a estes custos, para quando se prevê que a obra avance e, face aos custos dos projetos, qual vai ser o custo total da obra porque, normalmente, os custos dos projetos são feitos em percentagem do custo final da obra. Perante o custo dos projetos, imagino qual será o custo final da obra e gostaria de o conhecer.

No que toca ao departamento de saúde pública veterinária, (praga de roedores), a Câmara continua a limitar-se a fazer alguma distribuição de veneno. Esta opção continua a ser a única em detrimento de um verdadeiro plano executado por técnicos para um trabalho eficaz na desratização do concelho.

Em inúmeras ocasiões o grupo municipal do PSD defendeu que fosse criado um grupo de trabalho que elaborasse um plano técnico de desratização abrangente para o concelho em colaboração com os serviços de desenvolvimento agrícola que tocasse as áreas urbanas e rurais mas, neste momento, apenas se distribuem alguns sacos de veneno. Os roedores agradecem mas a população não.

Sr. presidente da Mesa: – Com tanta saudação é questão para dizer: haja saúde, senhor deputado!

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Com a saúde não se brinca, senhor presidente...

Sr. presidente da Mesa: – Exatamente.

Sr. presidente da Câmara: – A obra de Santa Luzia tinha um prazo relativamente curto, deveria ter ficado pronta até ao princípio de novembro, um prazo razoável face às estações do ano entre nós. Infelizmente a obra atrasou-se por razões que não são imputáveis aos Serviços Municipalizados, entrou numa fase de alguma indefinição e foi preciso uma intervenção enérgica da Câmara para que ela avançasse.

Deve ter reparado que, nos últimos dias, foram os técnicos dos Serviços Municipalizados que fizeram as ligações e removeram as tubagens laterais que lá estavam no sentido de se acelerar a obra para vermos se a conseguíamos ter pronta antes do Natal.

Neste momento é outra empresa que está a preparar a pavimentação e esperamos concluir antes do Natal o troço compreendido entre o cruzamento do antigo supermercado e o outro cruzamento lá mais acima.

Aquela obra ainda não está completa porque há um troço que sobe pelo lado da Ladeira Branca e vai até à canada do Rádio Clube de Angra, voltando pelo bairro novo e descendo a canada da Luciana, até fechar no sítio em que a obra se iniciou.

O empreiteiro pretendia abrir já esse troço mas não autorizámos enquanto não estivesse resolvido o problema a jusante para evitar que mais água venha por ali abaixo e o troço será aberto provavelmente depois do Natal.

Ainda falta um outro troço entre o entroncamento do Chafariz Velho e o fim das valas que lá estão agora, que terá que ser feito no fim e que levará, com certeza, a que a obra tenha um desenvolvimento lento e alguma demora.

Da parte da Câmara e dos Serviços Municipalizados far-se-á tudo o que for possível para que a obra avance tão depressa quanto possível mas a verdade é que o seu currículo não augura nada de bom e temos que ser realistas em relação a isso. O que lhe posso dizer é que poremos toda a nossa energia e vontade no sentido de fazer a obra andar mas há problemas que, decerto, se farão sentir.

Em relação aos fundos comunitários, os mesmos foram executados com relativa lentidão. Esperemos que agora seja possível recuperar parte dessa lentidão mas não é seguro que assim seja porque o tempo disponível começa a ser verdadeiramente curto. Da parte da Câmara fez-se tudo o que era possível mas só teremos garantias ao longo do próximo ano. Há um conjunto de problemas que se prendem com os projetos, com os concursos, com os próprios empreiteiros e com a maneira como as obras se desenvolvem, que lançam alguma incerteza sobre a execução.

Apesar de termos feito todos os possíveis para colocarmos todos os concursos na rua e de termos feito todas as adjudicações em tempo record, a verdade é que não há garantias e não quero estar a dizer que a execução desta Câmara vai ser melhor do que a da anterior. Vamos tentar mas as dificuldades são muitas e veremos o que acontece ao longo do próximo ano.

O canil municipal está já a funcionar mas foram detetados alguns problemas que têm a ver com o facto de o lugar ser demasiado ventoso e não dar abrigo suficiente aos animais. Foi pedida uma solução que permita ultrapassar esses problemas, estamos a estudá-la e só depois é que partiremos para a certificação do canil que, dada a altitude onde se encontra, apresenta sérios problemas de abrigo que são a nossa preocupação nesta altura.

Quanto à questão do trânsito na Praça Velha, o senhor deputado recebeu queixas; eu também recebi algumas mas recebi também os parabéns de muita gente porque as opiniões dividem-se como em tudo na vida. Evitámos fazer um buraco numa calçada de grande qualidade que não deve ser tocada. Se queríamos uma árvore com alguma dimensão, tínhamos que fazer uma base que não devia ser feita em cima do pavimento decorativo.

Como sabe, e isso foi discutido na campanha eleitoral, a Praça Velha é uma rotunda quadrada. Toda a gente brinca com a rotunda que não é rotunda e a situação das viaturas da Câmara Municipal paradas em frente ao edifício dos Paços do Concelho não dão uma vista digna da praça nem do edifício.

Aproveitou-se este período para se fazer um teste. O trânsito tem estado a ser cronometrado para vermos o que acontece e podermos tomar uma decisão posterior. É preciso fazer todo um enquadramento que tem a ver com a circulação do trânsito na zona baixa da cidade. Foi feito um teste e até agora os resultados são extremamente positivos; não há atrasos significativos na subida, que era a zona crítica, há uma melhoria do outro lado com uma aceleração muito sensível na descida e deixaram de acontecer os pequenos acidentes que eram típicos à porta do *Angra Garden Hotel*.

É cedo para tirarmos conclusões porque é ainda necessário testar outras situações que têm a ver com o sentido do trânsito na rua Direita, o que só pode ser feito quando terminar a obra à beira mar.

Vamos manter este teste até ao final do período natalício e em função dos resultados da modelação da temática da circulação nesta zona, será tomada uma decisão definitiva sobre esta passagem à frente do edifício da Câmara Municipal.

Do ponto de vista da estética do edifício e do respeito pelas pessoas, é muito melhor assim porque os peões podem circular à vontade, os miúdos que têm frequentado a Praça Velha, têm outra liberdade ao usarem os brinquedos que lá estão e dignifica-se o edifício da Câmara. O futuro depende de uma simulação de trânsito que tem que ser feita com outra profundidade.

Em relação às rendas em atraso, quer da habitação social quer das infraestruturas municipais, desde o mercado até aos diversos edifícios que estavam sob a gestão da Culturanga, o assunto é deveras complexo, carecendo de uma análise jurídica um pouco mais profunda e ainda não houve tempo de a fazer.

Há seríssimos problemas em todas as infraestruturas desta Câmara; não há uma única que não tenha um ou mais incumpridores; nalguns casos o incumprimento vem de longa data e a situação é complexa. Ainda não foi possível chegarmos a uma conclusão sobre o que fazer, estamos a trabalhar nessa matéria e há questões de natureza contratual que precisam de ser analisadas.

Uma coisa é certa: criarmos um regime de trabalho para pagar rendas, não me parece muito adequado; essa matéria está fora de questão e analisaremos outras soluções. Desde os comerciantes que estão na praça até quem usou e usa o edifício dos Côrte-Real, não conheço nenhuma estrutura municipal que não tenha um problema relacionado com atrasos de pagamento. Se por um lado é reflexo da crise, por outro é reflexo do sentimento de que, aparentemente, as estruturas municipais são de todos e não são de ninguém. Há aqui um período de transição que não se afigura fácil.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – ... E quem havia de cobrar não cobrou, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Não sei se assim é; não quero fazer julgamentos sobre matéria que não conheço.

O edifício da Casa da Roda está numa situação de degradação que inviabiliza qualquer concessão, o que se revela uma enorme preocupação para nós e estamos à procura de uma solução que nos permita, pelo menos, limpá-lo e fechá-lo. As sucessivas entradas ilícitas no edifício são um dos problemas da Câmara no momento.

Quanto ao mercado Duque de Bragança, a resposta está no manifesto apresentado pelo Partido Socialista e no que foi dito por mim durante a campanha eleitoral, que é o que tenciono executar e a não execução do projeto é o reflexo disso. Decidiu-se adjudicar a transformação do atual mercado num silo automóvel que permita o estacionamento de cerca de duas centenas de viaturas naquela zona, mantendo a volumetria externa que estava prevista anteriormente e as pequenas lojas de artesanato que estavam no piso superior.

O piso inferior, que seria para cargas e descargas e estacionamento, ficará apenas para estacionamento, o que permite alargar de 60 para cerca de 100 viaturas com acesso pelo lado da rua da Sé. O piso intermédio fica com o acesso pelo lado da rua do Rego e permite a colocação de cerca de 100 viaturas e o piso superior mantém-se igual ao que já conhecem do projeto anterior que está a ser desenvolvido nesta altura.

Simultaneamente foi encomendado o estudo prévio base para o lançamento do concurso final relativo à construção do novo mercado na zona anexa às piscinas que, por ser uma estrutura

elevada, não interferirá com o estacionamento e com o trânsito tal como o conhecemos nem retirará lugares de estacionamento ao bailão, permitindo criar sob o edifício, uma zona para cargas e descargas e uma outra para terminal de camionagem coberto que permite a utilização dos autocarros interurbanos com outras condições, retirando-os da zona em frente à Câmara e ao jardim.

Esse estudo prévio ficará pronto em meados do próximo ano. Nessa altura teremos que fazer a respetiva aprovação e lançar o concurso para as especialidades. Estamos a fazer rigorosamente o que nos comprometemos em campanha eleitoral.

O contrato do Centro Interpretativo de Angra já existia e terá que ser cumprido do ponto de vista do projeto. Os valores são os que o senhor conhece que constam da proposta de orçamento; foram negociados nessa altura e não têm apenas a ver com o valor da obra porque a qualidade do arquiteto também se paga. São valores elevados face ao valor estimado da obra mas têm a ver com o prestígio e com o trabalho que foi encomendado.

Quanto à obra em si, foi entregue o anteprojecto. Se algum dos senhores deputados o quiser ver, posso ir buscá-lo ao meu gabinete e colocá-lo à vossa disposição. Esse anteprojecto visa basicamente a recuperação do actual edifício com uma volumetria muito próxima da que já possuía, apenas eliminando o acréscimo de um andar que está feito na parte mais a montante; depois há uma zona subterrânea e um edifício novo separado por um intervalo nas traseiras do edifício.

Ainda não há uma estimativa clara do custo. Estamos a falar de uma fase de anteprojecto porque estamos longe de um projeto terminado. Olhando para a volumetria e para os custos de produção, estamos a falar de qualquer coisa como 3 ou 4 milhões de euros, um valor muito elevado face às necessidades do concelho mas a decisão de construir será tomada atempadamente. Nesta altura há que cumprir um contrato que está em curso.

No que à praga de roedores diz respeito, passo a palavra à senhora vereadora Raquel que vos poderá informar melhor porque tem estado a trabalhar nesta matéria.

Sra. vereadora Raquel Caetano Ferreira: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Em relação à questão dos roedores, está a ser testado um novo veneno sugerido pelos serviços agrários que temos estado a colocar nas ribeiras urbanas como a de S. Bento e a da Grota do Medo, entre outras.

Já falei com o senhor diretor dos serviços para fazermos uma desratização conjunta mas com grande enfoque na sensibilização das populações para que tenham as suas áreas limpas com a redução dos detritos nas ordenhas e nas áreas circundantes às casas; já se falou com a Associação Agrícola nesse sentido.

Sr. presidente da Câmara: – Se me permitem, complemento esta exposição dizendo que há legislação feita sobre esta matéria que prevê a criação de um conjunto de comissões de acompanhamento e coordenação que já foi pedida pela Câmara.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

No passado dia 3 de dezembro, os senhores embaixadores da América Latina, acompanhados pelo presidente e secretário-geral do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina, iniciaram uma visita aos Açores. No dia 5 foram convidados pela Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo para um almoço com o Secretário de Estado do Turismo e a delegação foi recebida posteriormente pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Sendo a captação de investimento externo um dos compromissos do senhor presidente no âmbito do emprego, crescimento económico e sustentabilidade e um compromisso meritório, uma vez que, face à escassez de recursos financeiros no país, a captação de investimento externo é um elemento potenciador de emprego, pedia-lhe o favor de elucidar esta Assembleia sobre os contratos que, eventualmente, tenham sido realizados no âmbito desta visita e que projetos ou ações concretas serão desenvolvidas pela Câmara Municipal.

No passado fim de semana houve um conjunto de eventos desportivos previstos para o pavilhão municipal que tiveram que ser transferidos para a escola Tomás de Borba por falta de condições do referido pavilhão.

Sendo a requalificação do pavilhão municipal um dos compromissos do senhor presidente no âmbito da cultura, desporto e juventude, pedia-lhe o favor de informar também esta Assembleia sobre as ações de requalificação previstas para aquele pavilhão e para quando se prevê a sua execução.

Uma terceira pergunta: embora o tema já tenha sido abordado aqui pelo meu colega Luís Rendeiro, o desemprego é um mal que flagela os Açores de forma acentuada quando comparado com o resto do país. Todos conhecemos alguém desempregado ou com familiares desempregados e é também consensual que urge tratar a questão do desemprego através da promoção e crescimento económico.

Sendo que a criação de emprego é um dos compromissos do senhor presidente no âmbito do emprego, investimento económico e sustentabilidade e a melhor maneira de abordar um problema é conhecer a sua real dimensão, embora tenham sido referidos alguns números desagregados para o desemprego no concelho, os mesmos não são do conhecimento oficial nem foram publicados. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem conhecimento do número de desempregados e da taxa de desemprego no concelho.

Sr. d. m. Tibério Lopes: – Relativamente às obras da freguesia do Porto Judeu, é importante que, como representantes do município de Angra na Assembleia Municipal, tenhamos a consciência plena de que os habitantes daquela freguesia, assim como os de qualquer outra, devem ser devidamente esclarecidos relativamente a todos os processos que a Câmara Municipal e o Governo Regional têm desenvolvido face a situações extremamente danosas para a freguesia, não podendo as pessoas ser confundidas relativamente aos processos.

Acontece que o processo da recuperação das intempéries de 13 de março no Porto Judeu já poderia estar um pouco mais adiantado, não fosse a falta de compromisso ou de companheirismo por parte do Governo Central, (digamos assim), para com uma assembleia municipal ou a falta de solidariedade para com os Açores a respeito das situações que são do vosso conhecimento e que foram também apresentadas aqui pelo executivo anterior.

Queria enaltecer o atual elenco camarário e o seu presidente que mais não fez do que encontrar uma solução para o processo, que atrasou mais de 6 meses devido à falta de compromisso do Governo Central, quanto ao endividamento futuro desta Câmara, que queria resolver a situação com um concurso e uma adjudicação.

O Governo da República, por inviabilidade de um visto, não permitiu que a Câmara se endividasse sem compromisso futuro, ou seja, a Câmara de Angra poderia endividar-se relativamente ao Porto Judeu mas ficaria sem a possibilidade de se endividar mais para cumprir outros requisitos futuros no âmbito do município.

Enaltecemo-nos relativamente às adjudicações que já foram feitas relativamente à Grota do Tapete, ao Jogo da Bola e ao Poço de Além que vêm com atraso devido ao visto negativo para que a situação ficasse resolvida ou estivesse em andamento neste momento, como seria da vontade do Governo Regional dos Açores.

É claro que ninguém espera as intempéries mas a reconstrução depende dos homens e da verdade que pode ser anunciada relativamente à contra informação que por vezes é divulgada. É pena que as pessoas fiquem prejudicadas por existirem partidos que, em vez de ajudarem a construir de acordo com a conjugação de esforços, apenas procuram proveito numa contra informação que pretendem divulgar.

Sr. presidente da Câmara: – Em relação à visita dos senhores embaixadores da América Latina, do senhor cônsul dos Estados Unidos e dos senhores embaixadores da Polónia e da Bulgária que estiveram aqui no município, o que tem vindo a ser feito pela minha parte é mostrar o concelho, como é minha obrigação, e fazer o encaminhamento dos vários assuntos para a Câmara do Comércio ou para outras entidades.

Não é apenas com uma visita de estudo de embaixadores que se resolvem as questões, mas ficaram abertas algumas pistas. Neste momento não é garantido que daqui resulte algum investimento concreto, mas foram estabelecidos alguns contactos que possibilitam um relacionamento mais estreito entre o município e outras entidades do concelho, como a Câmara do Comércio, e as embaixadas e respetivos representantes das áreas comercial e industrial.

Em resposta à questão dos espaços desportivos e do pavilhão, desde que a Câmara está em funções, no domingo passado foi a segunda vez que aconteceu este problema que ocorre sempre que a humidade relativa do ar na zona de Angra se situa próxima dos 100%. Isto tem a ver com o facto de a zona pintada do chão ficar com uma temperatura ligeiramente mais baixa em relação à temperatura do ar, o que leva à condensação.

O problema não tem uma solução fácil. Foi tomada uma iniciativa que esperamos testar nos próximos tempos que foi a aquisição daqueles queimadores de gás, dos que são usados nas esplanadas, para aquecerem essas zonas antes do jogo a fim de se evitar a condensação. Esta é apenas uma solução transitória porque o pavilhão precisa de um sistema de aquecimento indireto com água quente a circular por debaixo do piso, o que comporta um investimento de grande vulto que terá que ser estudado e analisado no contexto das disponibilidades financeiras da autarquia.

Este é um problema que infelizmente acontece no nosso clima em quase todos os espaços fechados sempre que a humidade relativa do ar se aproxima dos 100%. Se o aquecimento antes do jogo e durante o intervalo for suficiente para evitar a condensação, teremos o assunto minorado; caso contrário, teremos mesmo que estudar a instalação de aquecimento sob o pavimento, o que comportará custos muito elevados, caso se queira resolver o problema de forma definitiva e merece a preocupação da Câmara e de todos nós.

Felizmente o pavilhão possui um piso flutuante com um espaço entre o pavimento inferior, o que significa que, do ponto de vista técnico, é possível instalar condutas de água quente por debaixo do piso mas é caro.

Quanto ao desemprego, apenas temos disponível o número de desempregados inscritos que é um número diferente da taxa de desemprego. Em tempos conheci bem esse setor, visto que tive responsabilidades na área do emprego. Nessa altura a taxa de desemprego calculada pelo Instituto Nacional de Estatística era feita por inquérito telefónico e com uma amostra de tal maneira pequena que, mesmo ao nível da região, os valores apresentavam uma taxa de incerteza demasiado elevada. Dada essa pequena amostra, tecnicamente não era possível fazer cálculos com uma desagregação maior porque o nível de incerteza aumentava para valores inaceitáveis.

Esse era um problema constantemente apontado ao INE e não sei se já foi possível chegar a um entendimento com aquele organismo de forma a alargar a amostra e permitir cálculos a

nível concelhio ou de ilha. Conheço o número de inscritos no centro de emprego em Angra, que são pouco mais de 1 800, um número enorme face àquilo que é a tradição de inscrições.

Temos um sério problema de desemprego. Como os senhores sabem, por um lado, o número de inscritos peca por defeito, por outro, peca por excesso. Como qualquer um se pode inscrever, há pessoas inscritas que estão a trabalhar e desempregados que não estão inscritos por isso estes números são discutíveis.

Com a experiência que tenho na área do emprego, digo-vos que este número é bastante mais credível do que o que é feito por inquérito telefónico e é, provavelmente, o que está mais próximo da realidade. A estimativa que é possível fazer-se com os dados que temos é que teremos entre os 1 800 e os 2 000 desempregados no concelho de Angra.

Não me cabe fazer este tipo de análise porque há um serviço específico para isso que possui muito mais informação do que a que eu tenho, mas o que a Câmara pode dizer é que temos um número muito elevado de desempregados. Após uma análise que fizemos da sua origem, são essencialmente provenientes do setor da construção civil, que representa a vasta maioria, e também do pequeno comércio que perdeu imensos postos de trabalho e é o segundo grande contribuidor para estes números.

No que respeita às questões do Porto Judeu, embora o senhor deputado tivesse feito mais um comentário do que uma pergunta, posso informar a Assembleia de que uma das obras já está a entrar na sua fase final para conseguirmos fazer a consignação. Como a obra se prolonga para o ano que vem e estava orçamentada como sendo toda executada em 2013, o Tribunal de Contas, para a concessão do visto, pediu que o informássemos sobre qual seria a sua inscrição no orçamento para 2014.

Poderíamos ter feito uma alteração previsional a 2013, o que não fazia muito sentido, porque temos aqui hoje o orçamento para 2014. Assim sendo, logo que termine esta sessão e seja aprovado o orçamento, o Tribunal de Contas será informado e espero que nada obste a que iniciemos as obras porque se trata de duas empreitadas.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia, senhor presidente da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara, caros colegas deputados municipais.

Uma brevíssima intervenção para dizer que o grupo municipal do Partido Socialista se associa a esta ideia em boa hora lançada pelo Sr. d.m. Félix Rodrigues, cujo bom senso aproveitou para saudar, a que depois se associou, por arrasto, o senhor deputado Luís Rendeiro. Para nós, o relatório da atividade municipal deve ser revisto e apresentar as informações mais importantes.

É bom não esquecer que este relatório existe hoje desta forma por sucessivas solicitações e sugestões à Câmara Municipal por parte dos diferentes grupos municipais. Lembro-me dos tempos em que o documento era criticado até pelo diferente tipo de letra porque era feito pelos diferentes departamentos da Câmara e ninguém o uniformizava no final.

Foi-se sucessivamente solicitando à Câmara que retirasse ou acrescentasse informação porque também houve um tempo – por isso é bom que tenhamos boa memória ou que consultemos as atas – em que essa informação devia constar porque havia vereadores que iam «encapotados» a jantares fazer campanha e isso não vinha no relatório para os deputados municipais não saberem, etc., etc.

Sem imputar culpas a ninguém, o documento está na forma em que está por solicitação nossa, daí querer marcar a posição de que também nos associamos à necessidade da sua revisão, devendo excluir-se grande parte da informação atualmente nele contida e deixar o que é essencial para conhecimento desta Assembleia Municipal, sob pena de...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Também é por arrasto.

Sr. d. m. João Santos: – Também por arrasto... Sob pena de, qualquer dia, vermos um documento onde até figuraria o que o senhor presidente da Câmara faria nos seus tempos livres, o que não seria desejável para ninguém.

Sr. d. m. Artur Lima: – Muito obrigado, senhor presidente. Cumprimento V. Exa. e a Mesa, as senhoras e os senhores deputados municipais, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores e o Exmo. público que está aqui presente e merece a nossa saudação por nos estar a ouvir pacientemente.

Vou «roubar» uma expressão ao senhor deputado João Santos. Para começar esta minha intervenção, «é preciso ter memória» relativamente, por exemplo, à Praça Velha. Como todos nos lembramos, quem transformou aquela praça quadrada numa rotunda, foi o Partido Socialista porque antes não era rotunda e funcionava.

O partido Socialista cria e a seguir vai destruir o que ele próprio criou, fazendo ensaios como aquele que está ali à vista que, como toda a gente percebeu, tinha o objetivo de encapotadamente fazer um teste para ver quem se pronunciava contra ou a favor e depois fechar aquilo definitivamente.

Quanto ao estacionamento em frente à Câmara de Angra, também convém ter memória, como lembra o senhor deputado João Santos, e saber que nós criticámos e apontámos várias soluções que não foram acatadas pelos anteriores executivos socialistas, os 3 do último mandato – sobretudo por 2, porque 1 durou pouco mais de 30 dias. Essas soluções não foram acatadas, o que trouxe graves problemas ao trânsito e temos vindo a chamar a atenção para isso, pelo menos durante os últimos 2 mandatos.

O trânsito está caótico em Angra devido também às medidas e ao plano de trânsito calculado e executado pelo executivo socialista, assim como também estamos a sofrer hoje em dia graves problemas de estacionamento, e não há parquímetro que o resolva, por medidas tomadas pelo Partido Socialista que, em pouco mais de 6 meses, fechou mais de 200 lugares de estacionamento na cidade.

É preciso ter memória que a dignidade da Praça Velha foi reposta durante muitos anos. Infelizmente parece que se fecha o estacionamento em frente à Câmara para lhe dar dignidade mas volta a castanhada à Praça Velha também para dar dignidade no entender de alguns.

Relativamente ao pavilhão, também é preciso dizer que os executivos anteriores nunca resolveram o assunto e o senhor deputado João Santos é testemunha particular disso porque assistiu por diversas vezes, em reuniões idênticas a esta, aos alertas que foram feitos sobre a falta de condições e a condensação excessiva que ali acontecia.

Quando se acusa que há partidos que só levantam dificuldades, é preciso ter memória que há uns que fazem sugestões, querem ser construtivos e não os deixam e depois vem o debate político legítimo em democracia. Espero bem que as minorias continuem a existir em democracia para poderem combater e denunciar as maiorias.

Continuo na memória, senhor João Santos, agora mais diretamente para o senhor presidente da Câmara. Senhor presidente, o que se passa com a Casa da Roda é já um caso de saúde pública. A memória também nos diz que o que ali aconteceu foi por culpa única e exclusiva do Partido Socialista e da Câmara Municipal de Angra que fechou um estabelecimento comercial, pôs literalmente gente na rua e criou desemprego no concelho, colocando um empresário que foi para a Praia da Vitória durante uns tempos onde arranjou condições para exercer a sua atividade, dadas pelo presidente e pela Câmara Municipal da Praia.

Além das atas, se o senhor presidente o quiser consultar, o processo está aí na Câmara. A Casa da Roda foi um processo gerado e criado pela Câmara de Angra do Heroísmo que deu naquela vergonha que ali está. O que ali está é absolutamente vergonhoso!

O bar dos Côrte-Real está numa degradação absoluta. Aquele tunelzinho, que parece uma nave espacial debaixo da relva, está perigoso. O elevador não funciona e as escadas e os corrimões estão perigosos, assim como aquele género de barraquinha de atendimento que, presumo, seria para as criancinhas que iriam para lá brincar, se aquilo funcionasse.

Pergunto-lhe também, se tem de memória, qual a dívida daquele bar dos Côrte-Real, que era de uns milhares de euros, e o que pretende fazer daquele espaço que está ali fechado num estado de degradação total numa zona importante da cidade.

Também há memória de que a Câmara Municipal teve e tem culpas no atraso de reabilitação relativamente às intempéries do Porto Judeu, embora plenamente justificado e eu aceito as justificações que foram aqui dadas, mas não podemos branquear, senhor deputado Tibério Lopes. É sempre mais fácil atirar as culpas aos outros do que assumirmos as nossas responsabilidades; é um facilitismo recorrente.

Já que, segundo julgo saber, o senhor presidente teve reuniões preparatórias com as juntas de freguesia sobre alguns trabalhos, pergunto-lhe se houve alguma proposta da Junta de Freguesia do Porto Judeu em colaboração com a Câmara para tomar medidas preventivas que evitem que aquilo volte a acontecer. A catástrofe não se evita mas podemos tomar medidas que possam mitigar as consequências.

A minha pergunta é muito direta: quais as medidas preventivas que a Câmara de Angra já tem equacionadas juntamente com a Junta de Freguesia do Porto Judeu que também tem responsabilidades nessa matéria e quais as medidas preventivas equacionadas pelos 2 órgãos de poder local sobre essa matéria.

Sr. presidente da Câmara: – O último estudo de trânsito aprofundado que se fez em Angra, que não foi totalmente cumprido, foi em 1995. A situação nessa altura era completamente diferente porque ainda não existia a Circular e a distribuição de atividades dentro da cidade alterou-se profundamente; o estudo que enquadra o trânsito em Angra está profundamente desatualizado, a Câmara tem que o atualizar porque aconteceu muita coisa desde 1995 e é o que está a ser feito.

Vamos ter que fazer vários ensaios ao longo dos próximos meses porque, uma coisa é a simulação, a outra é o comportamento real dos condutores perante as situações. Esses ensaios têm que ser feitos para se chegar a uma solução adequada e se recorra à evolução tecnológica que aconteceu em termos da própria simulação das questões do trânsito.

Gostaria de dizer ao senhor deputado Artur Lima que é muito mais importante que um partido seja capaz de se reformar a si próprio do que ficar à espera que o povo o reforme. O Partido Socialista orgulha-se de se ir atualizando e adaptando às diferentes circunstâncias porque a vida não para e as soluções que eram boas em 2005 já não o são em 2013.

Em relação à Casa da Roda e ao bar dos Côrte-Real, não conheço as dívidas de cor, mas vi que eram elevadas e havia imensos devedores também no mercado municipal. Temos realmente uma situação generalizada e preocupante de incumprimentos, incluindo entidades devedoras que já não existem porque, entretanto, entraram em insolvência, o que significa que a maior parte destas dívidas são incobráveis.

Como já lhe disse na minha intervenção anterior, estamos à procura de uma solução jurídica que permita ultrapassar estas questões de forma razoável e justa, porque não vale a pena pensarmos que vamos cobrar o que não é possível cobrar.

A situação de degradação no edifício dos Côrte-Real é, de facto, preocupante; já foram tomadas algumas medidas de melhoria em alguns materiais em inox que estavam degradados e em matéria de iluminação porque havia problemas relacionados com a segurança das pessoas à noite. É também necessária uma intervenção no elevador que precisa ser certificado, tem que ser feito um arranjo global nos materiais em inox que, em muitos casos estão soltos, embora já se tenha feito alguma coisa nas últimas semanas e todas estas intervenções vão custar bastante dinheiro.

É também preciso fazer um projeto de utilização que seja coordenado com o novo perfil da via, em função da intervenção em curso da responsabilidade da empresa *Portos dos Açores*. Todo aquele complexo tem que ser reequacionado e a conclusão a que a Câmara tem vindo a chegar é que, mais vale aceitar utilizadores de uma forma quase gratuita que mantenham pelo menos os espaços vivos, do que mantê-los fechados, alvo de constantes vandalismos.

Vamos ter que repensar algumas das aspirações em termos dos valores de rendas a cobrar e dos concursos em tempos realizados, porque também aqui as condições se alteraram profundamente e as rendas que estão a ser cobradas são absolutamente irrealistas e impossíveis de pagar. Não há nenhuma empresa que consiga retirar 400€ num espaço daqueles para pagar uma renda.

Tudo isto precisa de um pensamento radicalmente novo. Teremos provavelmente que descer as nossas expectativas e resolver o passado porque não vale a pena estarmos numa situação de constante contencioso a respeito de matéria que está resolvida pela própria natureza da evolução económica.

Em relação às questões do Porto Judeu, foi necessário tomar uma opção difícil que teve a ver com uma análise da situação financeira da autarquia, com a disponibilidade de fundos comunitários e com o tempo.

Se não me falha a memória, o despacho que autorizou a Câmara de Angra foi no dia 11 de outubro, depois das eleições mas antes da tomada de posse deste elenco camarário. Face a essa situação, como havia ainda fundos disponíveis em quantia razoável e por se tratar de uma situação de urgência – e já levei o assunto a ratificação –, foi opção minha acabar com as propostas de ajuste direto que existiam, porque dificilmente obteriam vistos.

O ajuste direto só se justificaria se ocorresse poucas semanas depois do evento. Não podemos dizer que um ajuste direto apresentado em outubro ou novembro é urgente se o mesmo se refere a algo que aconteceu em março. Esse ajuste direto tornaria inviável a candidatura a fundos comunitários com vista à realização dessas obras, tendo a Câmara, disponibilidade de fundos comunitários.

Fizemos um concurso de urgência nos prazos mínimos que a lei permite, foi feita a adjudicação e só não temos o visto porque o orçamento de 2013 previa a totalidade da verba para esse ano, não prevendo qualquer investimento para 2014. A concessão do visto está dependente da aprovação do orçamento para 2014 ou de uma alteração no orçamento de 2013 que não faria sentido na véspera da aprovação do orçamento para 2014.

A Junta de Freguesia do Porto Judeu está informada e participou em todas estas decisões porque tudo foi feito em contacto permanente com o senhor presidente da Junta que sempre se manifestou preocupado com a situação. Estes temas relacionados com a resolução dos problemas resultantes das enxurradas de março passado preencheram 90% da nossa reunião já que a Junta está muito preocupada com esta matéria.

Quanto à prevenção, seria bom que esta Assembleia tomasse conhecimento de 2 ordens de questões e a primeira tem a ver com o desordenamento da construção. Ao longo da Grota do Tapete e da Ribeira do Teste há gravíssimos atropelos ao ordenamento do território, alguns

com natureza histórica desde há décadas ou séculos, outros nem tanto, mas a verdade é que há problemas cuja solução integral passa pela remoção de algumas habitações, assunto que está a ser tratado com a Secretaria do Ambiente que tem a seu cargo a resolução do problema do canal. O Ambiente já adjudicou a sua obra e há questões que carecem de um contacto permanente que será mantido entre ambas as partes.

Gostaria que a obra fosse feita em circunstâncias semelhantes à que foi feita na Aqualva que levou à remoção de 13 casas que existiam ao longo da ribeira que tiveram que ser demolidas para se evitar a construção de mais pontes e acessos.

A segunda ordem de razões tem a ver com a parte alta da bacia hidrográfica. Uma parte do problema teve origem na alteração do curso de algumas linhas de água devido à construção de alguns caminhos que, quando chove muito, funcionam eles próprios como linhas de água e trazem a água até à estrada principal.

Como sabem, alguns daqueles caminhos são municipais, outros são agrícolas e é necessário um trabalho bem coordenado entre as partes que já foi iniciado. Há um primeiro projeto liderado pelo Ambiente com o objetivo de criar um conjunto de fossas e zonas de infiltração na zona alta para reduzir as afluências.

Há um outro trabalho complicado a levar a cabo, dadas as dificuldades com os proprietários dos terrenos confinantes, relativo à construção de bueiros e outras formas de escoamento das águas dos caminhos. Os proprietários vedam a entrada das águas no seu prédio e os caminhos transformam-se em verdadeiras grotas. Tudo isto é complexo, tem que ser feito em conjunto com a Câmara e o IROA, nos caminhos que cada um tutela, e é uma situação difícil que não resolve definitivamente o problema.

A única solução para garantir a segurança naquela zona passa pela remoção de habitações, um processo que terá que ser continuado apesar dos seus altos e baixos e dali deve tirar-se uma lição para o resto do concelho. Enquanto não houver respeito e se acabar de vez com a construção em cima dos leitos de cheia não haverá segurança para as populações.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Registo com agrado o modo como o senhor presidente está a responder às questões e o conteúdo das suas respostas porque esta é uma reunião formal e tudo isto vai ficar em ata. Muitas das questões que o senhor está a abordar com franqueza e frontalidade são autênticas manobras de ginástica e inversão de posição relativamente àquilo que vinham sendo as práticas de executivos anteriores e lembro que o PS governa a Câmara de Angra desde 1997, se não me engano.

Muitas das opções que agora estão a ser tomadas ou caminhos que estão a ser seguidos, vão em sentido contrário aos que foram tomados até agora e foram denunciados pelas oposições em tempo oportuno nesta casa.

Estamos a entrar em 2014 e lembro que a doutora Andreia Cardoso prometeu um estudo de trânsito para Angra em 2009. Devido à ausência desse estudo, chegámos a apresentar uma recomendação nesta Assembleia para que o mesmo fosse realizado.

Se o último estudo de trânsito data de 1995, é óbvio que está desatualizado porque tudo mudou; mudou a cidade e mudou a densidade automóvel, passaram quase 20 anos e tudo terá que ser diferente.

Há muito que Angra merece a realização de um novo estudo, nem que seja para definir como se deve mudar o trânsito automóvel ou qual a capacidade de carga que as ruas em calçada podem suportar porque poderá não haver método nenhum de reposição de calçada que resista à densidade automóvel e ao tipo de trânsito que neste momento é permitido circular na cidade.

Relembro também que já constou de vários programas eleitorais e até de orçamentos municipais a construção de parques de estacionamento nos mais variados locais e continuam a existir os mesmos que existiam antes de 1997. É com agrado que vejo que o senhor presidente se preocupa com esta matéria e espero que essa preocupação se transforme em ação e se avance nesse sentido.

No que toca à variedade de rendas atrasadas, espero que haja uma adequação das mesmas à realidade e às possibilidades dos comerciantes mas também que essas rendas tenham em conta os valores de mercado para que não haja concessões a custo zero, rendas abaixo dos valores de mercado e não se pratique uma concorrência desleal dos espaços arrendados pela Câmara Municipal face aos comerciantes que arrendam espaços comerciais a outros particulares para exercerem as suas atividades.

Tem que haver justiça, equidade e equilíbrio para comerciantes que exerçam atividades idênticas em espaços idênticos e com valores de rendas idênticos; caso contrário, cria-se um desequilíbrio na atividade comercial do concelho.

Peço-lhe um esclarecimento adicional, senhor presidente, quanto ao que disse sobre a construção do mercado municipal na zona anexa às piscinas. Gostaria que me explicasse mais detalhadamente se se refere à zona entre as piscinas e àqueles blocos de apartamentos ou à zona anexa às piscinas dentro do cerrado do Bailão propriamente dito.

No que diz respeito ao projeto do Centro Interpretativo de Angra e aos custos devidos ao facto de a obra ser projetada pelo gabinete de projetos do arquiteto Siza Vieira, não sei se o senhor presidente sabe mas o que nos foi transmitido pela anterior presidente da Câmara com a maior das naturalidades e com um sorriso nos lábios foi a sua satisfação com o facto de aquele gabinete cobrar uma verba equivalente a qualquer outro gabinete de projetos e não foi o que o senhor nos disse aqui hoje.

Na altura levantámos a questão de que um Porsche ou um Renault não são a mesma coisa e tínhamos sérias dúvidas se o trabalho e o tipo de obras do arquiteto Siza Vieira se adequariam a um centro histórico antigo como o de Angra, que é património mundial, porque as suas obras são modernistas e futuristas e poderão não se enquadrar com a traça característica da urbe angrense.

Queríamos saber também se, apesar de este compromisso estar assumido, como o senhor diz que está e vai ser pago, não será um projeto caro para depois ser enfiado na gaveta devido aos elevados custos da obra. É que já temos tido vários projetos na gaveta, nomeadamente um edifício multisserviços que era para ser construído no bairro do Lameirinho, foi projetado e pago a um arquiteto local, foi para a gaveta e até classificado pelo presidente da Junta de Freguesia da Conceição da época como megalómano.

Quanto à questão dos roedores, gostaria que me dissessem que tipo de novo veneno se trata, qual a molécula, se é a *Bromadiolona*, se são discos, cubos ou qual a sua forma de apresentação.

Para concluir e no que respeita às ribeiras do Porto Judeu, para ser justo, gostaria de salientar que há uma forte aposta do Governo Regional no trabalho ao nível das ribeiras porque, a montante das zonas urbanizadas, essa responsabilidade cabe mesmo à Secretaria Regional do Ambiente, do mesmo modo que as zonas urbanizadas são da responsabilidade da Câmara Municipal.

É certo que poderia ter havido melhor boa vontade por parte do Governo da República mas é um facto que, quer na região, quer no município, o poder está nas mãos do Partido Socialista há mais de 15 anos. As responsabilidades de intervenção, financiamento e fiscalização

competem ao Partido Socialista e aos órgãos por ele dirigidos; essas responsabilidades não foram exercidas e as obras não foram feitas.

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado João Santos. Senhor deputado, por arrasto, peço-lhe que não leve tanto tempo como o senhor deputado...

Sr. d. m. João Santos: – Com certeza. É só para dizer ao senhor deputado Artur Lima que também defendo que deve haver memória em dois sentidos: por um lado, para que sejam cumpridos os compromissos que foram assumidos, por outro, porque deve haver memória para termos a capacidade de analisar o que foi feito no passado que requer alguma inflexão para que possamos corrigir alguns caminhos.

Estou à vontade para falar a respeito do trânsito porque participei nalgumas discussões com o senhor vereador Nuno Melo Alves. Poderia falar-lhe ainda de outros casos apontados pelo Partido Socialista que necessitariam de resolução, concordando muitas vezes e votando com propostas do CDS-PP como, por exemplo, o caso da Silveira que continua com estava. Tenho tido o cuidado de ver regularmente o ponto da situação das recomendações que foram feitas aos vários executivos camarários e um dia haveremos de falar de mais algumas coisas.

Quanto aos ensaios que são feitos, gostaria de relembrar também que já foi criticada uma posição divergente desta. Presumo que em tom de alerta, falou-se que este executivo camarário estaria a fazer ensaios, que seriam «encapotados», como referiu o senhor deputado Artur Lima; mas penso que já foram criticadas outras posturas. Lembro que, no tempo do vereador Luís Mendes, a crítica era: «este senhor acorda de manhã com uma ideia, não pergunta nada a ninguém, não ensaia, não faz nada e muda...» Nessa perspetiva, se calhar, este novo *modus operandi* do senhor presidente da Câmara vai de encontro às pretensões de muita gente, ensaiando-se as soluções para que se veja se o resultado é o espectável.

Aproveito para dizer ao senhor presidente que, pior que o estacionamento em frente à Câmara, seria fechar-se a frente do edifício, obrigando os carros a estacionarem em frente aos separadores que estão ali...

Sr. presidente da Câmara: – Já houve muitas mas não há remédio.

Sr. d. m. João Santos: – Quanto ao facto de a responsabilidade pertencer unicamente ao PS, é bom que entendamos que era o partido que detinha a presidência da Câmara Municipal, o que o tornava no primeiro responsável pelas decisões que eram tomadas.

É bom que se lembre também que, quando o PS não tinha maioria na Câmara (e houve alguns atritos e tempos conturbados durante largos meses), todas as decisões iam a reunião de Câmara; portanto algumas decisões que foram tomadas foram da responsabilidade da Câmara Municipal e não exclusivas do Partido Socialista. Quando as medidas são votadas em reunião da Câmara, independentemente de algum partido votar contra, a decisão é da Câmara Municipal e não do seu presidente ou do partido que a sustenta.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não se esqueça que há competências próprias do presidente da Câmara.

Sr. d. m. João Santos: – Eu excluí essas, senhor deputado. O senhor hoje está com problemas de audição ou de compreensão. Discordo de si no que toca à Casa da Roda porque a responsabilidade não é exclusiva do Partido Socialista. A senhora presidente da Câmara foi, quase com faca ao peito, forçada a resolver a situação daquele espaço porque, para esta Assembleia e para alguns deputados municipais em particular, o grande problema na altura eram as dívidas daquele senhor à Câmara Municipal; «... porque não paga renda, porque é protegido do Partido Socialista, porque é amigo do vice-presidente, por isto e por aquilo, quanto dinheiro é que deve, o que falta pagar, porque é que não se resolve, ponham esse gajo na rua...» A Câmara era pressionada, chegou-se a tribunal, etc.

Isto aconteceu meses a fio, chegou-se a tribunal, até que se viu com satisfação nesta Assembleia Municipal a retirada do senhor de um espaço onde não pagava; logo, não tinha o direito de lá estar.

Independentemente da solução, todos participámos na situação da Casa da Roda, assim como também todos participámos nas soluções seguintes. Foi aqui que foi votada a alienação do imóvel e foi aqui que depois se discutiu o regresso à sua concessão. Nada disto foi da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista, nomeadamente em tirar de lá quem lá estava.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Creio ter percebido que a solução para o pavilhão municipal seria a instalação de queimadores a gás, como aqueles que se utilizam no exterior, que me deixam alguma preocupação quanto à queima do oxigénio dentro do pavilhão. Compreendo que o aquecimento do piso possa ser caro e desconheço se foi equacionada a solução de desumidificadores, que não sei se seria a adequada, mas deixo aqui a dica.

Louvo a franqueza e a profundidade da resposta do senhor presidente em relação ao Porto Judeu mas a questão da demolição de habitações nunca é consensual e raramente as pessoas têm a franqueza e a hombridade de tomarem este assunto como deve ser porque há, efetivamente, responsabilidades antigas do PS nessa questão.

Sr. presidente da Câmara: – ... Do PSD, do Estado Novo, do D. Carlos I...

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Os alertas da Secretaria do Ambiente são conhecidos e foram absolutamente ignorados nesta área nos últimos anos.

Esperaria também do senhor presidente uma resposta mais profunda no que toca à captação do investimento externo porque a economia e a criação de emprego são temas que me tocam e considero extremamente pertinente a sua discussão nesta Assembleia.

Porque este ponto faz parte de um dos seus compromissos eleitorais, queria referir que o considero importante e deve ser tratado de uma forma profissional porque a captação de investimento externo é extremamente difícil, algo que envolve muito empenho e a criação de um pacote de medidas onde a Câmara de Angra seja um parceiro central. Esse pacote deve demonstrar aos investidores externos quais as vantagens do concelho e as suas ofertas, porque eles só vão para onde lhas fazem.

Não estou à espera que o senhor presidente da Câmara faça todo este trabalho mas, enquanto cidadão deste concelho, creio que temos potencialidades e acho que, sendo este um dos seus compromissos eleitorais, deve ser abordado de uma forma profunda.

Sr. presidente da Câmara: – Gostava de dizer ao senhor deputado Luís Rendeiro que o Partido Socialista dá ampla liberdade aos seus eleitos locais para apresentarem o seu programa. O que nos vincula a todos os que fazemos parte deste mandato é o programa das últimas eleições e não, o da legislatura anterior. Há um conjunto de inovações que queremos introduzir e foi por essa razão por que nos candidatámos e aqui estamos. O que consta do nosso programa já foi objeto da manifestação de vontade das pessoas e é o isso que vamos cumprir.

Quanto ao estudo de trânsito, estamos a fazer todos os possíveis para obtermos alguns resultados a breve trecho. Há, de facto, uma dificuldade aqui e é bom que esta Assembleia esteja ciente disso. O estacionamento, o trânsito, os pavimentos, as infraestruturas de estacionamento, o silo e o parque de estacionamento não são coisas que possam ser vistas de forma separada.

Estamos a falar de interdependências e o estudo não visa saber propriamente quantos carros descem ou sobem a rua da Sé porque, quando se alterar o estacionamento, alterar-se-á

também o número de carros que sobem e descem essa rua. Estamos a falar de um processo bastante mais complexo que envolve um trabalho que tem a ver essencialmente com as questões de vontade política de reperfilamento das ruas.

Na minha intervenção inicial sobre esta matéria informei esta Assembleia que não seria assunto ao qual eu pudesse dar uma resposta hoje nem provavelmente nos próximos meses porque há um trabalho muito complexo a fazer-se e estas matérias têm que ser abordadas em conjunto e de forma coordenada. Não é só uma questão de trânsito ou de infraestruturas, mas sim o conjunto de isto tudo com as respetivas retroações.

A equidade das rendas é uma preocupação minha ou de qualquer pessoa de bem e temos que olhar para isso mas a verdade é que também os espaços que o município possui são pouco atrativos por razões óbvias, alguns por causa da localização.

O espaço dos Côrte-Real nunca será um espaço atrativo porque tem uma localização periférica em relação ao centro da cidade e as pessoas só lá vão se tiverem mesmo que ir e a praça do mercado, com todos os seus problemas, também não será, de maneira nenhuma, um espaço atrativo. Teremos que recorrer aos concursos públicos sempre que seja necessário para determinarmos qual o preço que as pessoas querem ou podem praticar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A Casa da Roda e o bar «O Farol» andavam cheios, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Dependia de quem lá estava e do que lá fazia. Não tem a ver com a localização mas, sim, com a gestão, mas isso é outro aspeto.

Quanto à construção do mercado no Bailão, a ideia era fazer uma galeria que o ligasse ao Alto das Covas, elevado ao nível da estrada que passa em cima e depois fazê-lo em «L» elevado sob aquela entrada por detrás das piscinas mas ainda não lhe posso garantir que será esta a solução.

Há um projeto base que está a ser elaborado, temos que deixar aqui alguma liberdade criativa a quem o está a elaborar e quando aparecer, será apresentado. Para se conseguir as áreas necessárias, tendo como referência o projeto existente para o duque de Bragança e os espaços que previsivelmente serão necessários, não é possível encaixá-lo apenas no tardo dos edifícios e terá que ser feito um L.

Esta primeira abordagem carece de confirmação face ao projeto técnico; não o tenho, portanto não posso dizer que as coisas serão assim. A indicação que foi dada pela Câmara foi estudar estas duas perspetivas, tendo como ponto fixo que a entrada teria que se fazer pelo Alto das Covas para se evitar que o mercado fique excêntrico em relação à centralidade de Angra. Era fundamental uma ligação para o centro histórico que, como os senhores sabem, na maior parte das nossas mentes, termina ali no Alto das Covas.

Esta foi a âncora indicada aos projetistas; depois trata-se de conseguir arrumar uma determinada área e um determinado volume com a restrição de não se reduzir o estacionamento, ou seja, de não chegar ao chão, o que levará a que os projetistas tenham que criar o espaço necessário. Quando houver resultados, eles serão comunicados a esta Assembleia, em primeira mão.

Falando agora das questões de oxigénio, o nosso problema no pavilhão é precisamente o oposto porque não tem um isolamento que permita sequer manter a humidade controlada no seu interior. Os desumidificadores que lá estão instalados têm-se revelado inúteis porque estamos a tentar secar o oceano atlântico com uma maquinazinha. O pavilhão não é estanque e não há risco nenhum de faltar oxigénio por causa dos queimadores que não podem funcionar durante o jogo porque têm que ser colocados no chão em cima daquelas pinturas encarnadas.

O aquecimento terá que ser feito antes do jogo, eventualmente ter-se-á que aproveitar o intervalo para voltar a aquecer, mas não garanto que esta experiência resulte. Sei que resultou em alguns sítios, embora em situações climáticas diferentes das nossas, mas vamos fazer a experiência que é barata. Se os queimadores não servirem para ali, hão de servir para mantermos a Praça Velha aquecida quando fizermos lá uma castanhada. Se isto não funcionar, teremos que resolver o assunto por outra via com a instalação de um aquecimento através de água quente sob o pavimento.

Quanto à captação do investimento externo, infelizmente tenho que informar esta casa que não é numa visita de estudo de embaixadores que se faz a captação desse tipo de investimento, apenas os primeiros contactos; foi apenas isso. Também se falou de negócios mas tratou-se essencialmente de uma visita de cortesia onde foram trocados cartões-de-visita e estabelecidos contactos.

Isto não é uma atividade de captação de investimento externo; estabeleceu-se uma mera relação protocolar que poderá levar a isso. Todas as visitas feitas neste âmbito são de estudo e exploração. Os senhores embaixadores e adidos vieram conhecer o concelho de Angra. Estabeleceram-se contactos e não se fizeram quaisquer negócios porque era esse o objetivo da visita.

Ia-me esquecendo do veneno, embora haja nesta sala quanto chegar! Queria informar a Assembleia que o nome comercial do raticida é o *Brodifacoum*. Não sei qual é a molécula mas qualquer consulta à internet resolve a questão. Como não vale a pena pôr mais veneno e se trata de uma estrutura técnica molecular, creio que é importante ouvirmos a senhora vereadora.

Sra. vereadora Raquel Caetano Ferreira: – O técnico que acompanha o processo de desratização tem o curso técnico para a elaboração dos planos de controlo de roedores e também o curso de fiscalização no controlo integrado de roedores, cursos esses que foram promovidos pelo serviço agrário.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, sei que, de acordo com o regimento, não posso usar mais da palavra nesta fase mas gostaria de fazer uma pergunta para um esclarecimento porque é importante em termos de impactos ambientais.

Sr. presidente da Mesa (em tom de graça): – O senhor por arrastamento levou a que os outros falassem demais e agora ainda pede mais tempo e tira a palavra ao seu parceiro de coligação...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pergunto à senhora vereadora se nos sabe aferir dos impactos ambientais desse veneno porque houve experiências com venenos anteriores em que, por exemplo, um rato que comesse o veneno e fosse capturado por uma ave de rapina, ela poderia morrer também.

Temos espécies protegidas e o senhor presidente da Câmara, que foi secretário regional com a tutela do ambiente, compreende esta preocupação e sabe que os venenos podem ter impactos ambientais mais ou menos significativos. Era só para saber se o veneno se esgota no animal que o ingere ou se entra na cadeia alimentar.

Sr. presidente da Câmara: – Acontece que as regras de licenciamento deste tipo de produtos na União Europeia visam exatamente impedir esse tipo de efeito. É óbvio que a senhora vereadora não importou esse veneno da China na candonga; como foi comprado dentro da União Europeia, o produto está certificado para que não surta esse efeito.

Sr. d. m. Artur Lima: – Sugiro que os técnicos aqui presentes alterem o termo «veneno» para «raticida», senão o senhor presidente da Câmara lembra-se de veneno quando eu falo.

Não sei porquê mas associou a minha intervenção a veneno e talvez seja melhor mudar o termo.

Sr. presidente da Câmara: – Sim, sim. Penso nisso de vez em quando...

Sr. d. m. Artur Lima: – Queria dizer ao senhor deputado João Santos que concordo com quase tudo o que disse mas gostaria de lhe lembrar que o Partido Socialista teve sempre maioria na Assembleia Municipal e quando se tratou de alienação de património foi sempre discutida aqui, como aliás tem que ser, com a autorização da Assembleia Municipal.

Só posso falar da Casa da Roda de 2009 para cá porque não tenho memória do que aconteceu antes. Acompanhei esse processo de perto, não sei que conflitos houveram com o empresário antes mas, durante esse ano, ele pagou o que devia à Câmara; não tenho qualquer dúvida que ele fez a transferência de tudo o que devia de rendas em atraso. A Câmara não quis continuar a concessionar-lhe o espaço porque o queria vender e houve até uma proposta de 375 000,00 € para vender aquela casa.

Isto entronca no que o senhor presidente disse há pouco; temos que ter um pouco de consciência de que, às vezes, queremos cobrar às pessoas rendas que elas não podem pagar, porque são exorbitantes nalguns espaços. Naquele espaço, as rendas eram exorbitantes, assim como, se calhar, também o eram nos Côrte-Real. Temos que ter alguma moderação nas rendas que pedimos desde que o processo seja feito com transparência e rigor. Não há nenhum problema em ser-se acusado de favorecer este ou aquele amigo porque é amigo deste ou daquele.

O senhor vice-presidente do Governo e anterior presidente da Câmara, Sérgio Ávila, deve ficar muito triste por se dizer que a zona dos Côrte-Real não é uma zona de interesse e que não interessa dinamizar; acho que ela foi criada exatamente por ter interesse e para se dinamizar aquela parte da cidade...

Sr. presidente da Câmara: – Quanto à questão do interesse em dinamizar, não me ponha palavras na boca porque eu não as disse. Vamos colocar a coisa no lugar certo.

Sr. d. m. Artur Lima: – ... Acho que a Câmara tem que tomar as medidas necessárias para que se possa dinamizar aquele espaço que foi criado com essa intenção.

Quanto ao trânsito, o verdadeiro plano de trânsito não é do tempo de D. Carlos mas é realmente antigo e data de 1995, como disse o senhor presidente. Foram feitas várias alterações por se contarem carros ao fim do Alto das Covas e na Guarita e depois foi-se alterando sucessivamente, fazendo rotunda no Alto das Covas e na Praça Velha, alterando e impedindo as saídas da cidade. Tudo isso foi sendo feito *ad hoc* sem nenhum fundamento e foi devidamente chamado à atenção.

Concordamos que é urgente repensar o trânsito no seu sentido mais abrangente e global, um estudo de trânsito mais abrangente só peca por tardio e esperamos que se materialize rapidamente essa intenção.

Senhor presidente, para terminar, permita-me que diga ao senhor presidente da Câmara o seguinte: felizmente que quem reforma os partidos ainda é o povo e por estarmos também preocupados com isso é que aumentámos a idade da reforma na república para ver se sobrevivemos mais uns anos...

Sr. presidente da Câmara: – É um favor que nos faz a todos. Estamos todos eternamente gratos por isso.

Sr. d. m. Artur Lima: – Peço a anuência de todos porque vou ter que me ausentar devido a um compromisso que tenho agora ao meio dia, mas, antes, permitam-me uma ironiazinha:

senhor presidente, se for preciso aquecer a Praça Velha para o PS ganhar as eleições, não tenho dúvida que se há de arranjar aquecedores.

Sr. presidente da Câmara: – Pode ter a certeza que farei a minha parte.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente da Assembleia peço autorização para me ausentar.

Sr. presidente da Mesa: – Faz favor.

Sr. presidente da Câmara: – Não me quero repetir mas vamos tentar chegar rapidamente a algumas conclusões em relação ao trânsito, estacionamento e outras que tais.

Houve um comentário que espero que fique claro nesta Assembleia: não disse que achava que o espaço dos Côrte-Real não devia ser dinamizado; o que eu disse é que é excêntrico em relação àquilo que tradicionalmente consideramos o centro da cidade. É óbvio que aquele espaço deve ser dinamizado.

O arranjo que está a ser feito ao longo de todo o litoral visa exatamente virar a cidade para o mar e tornar aquela zona mais interessante. É obrigação da Câmara dinamizar aquele espaço e assim o fará mas é preciso ter em conta que não fica na Praça Velha nem na rua da Sé.

1.2 - Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2014, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de € 22 607 247,00. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2014, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, posso fazer uma interpelação à Mesa?

Sr. presidente da Mesa: – Faz favor, senhor deputado.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – A lei 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, no seu artigo 33º, nº1, alínea yy), diz que compete à câmara municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição previsto em lei própria, proposta e aprovada pelo PS do engenheiro Guterres que, no entender da comissão concelhia do CDS-PP e do grupo municipal aqui representado, não foi cumprida, como se sabe, previamente à votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano que agora se querem discutir.

Ao abrigo do artigo 29º, nº 1, alínea d) da supra citada lei, compete à mesa da assembleia municipal, verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa desta Assembleia.

O artigo 30º, nº 1, alínea e) da mesma lei, em articulação com a alínea f), nº 1 do artigo 7º do nosso regimento, definem que compete à mesa assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações.

Neste sentido, senhor presidente, pergunto se, enquanto presidente desta Assembleia, o senhor entende estar a cumprir a legislação em vigor ao insistir em colocar à discussão e votação os pontos que se seguem. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado municipal, no que concerne à Assembleia, todas as formalidades foram cumpridas. A Mesa foi informada na altura própria e procedeu à conferência de líderes como manda o regimento, onde não houve nenhuma oposição a qualquer atitude tomada pela Câmara. Considerámos que estavam reunidas todas condições para que a Assembleia funcionasse normalmente como funcionou até agora.

Além do mais, segundo foi tornado público pelo escrito do senhor presidente da Câmara, o Direito de Oposição foi exercido quando o senhor presidente consultou o líder da coligação na altura, o senhor deputado António Ventura, que indicou 2 nomes, 1 do CDS-PP e 1 do PSD, que vieram reunir previamente com o senhor presidente.

Não houve nenhuma razão para que eu considerasse que não tinha sido cumprido o Estatuto do Direito de Oposição.

Sr. presidente da Câmara: – Peço uma interpelação à Mesa da Assembleia para comunicar que, de minha parte e da parte da maioria da Câmara Municipal, considerámos que foram cumpridas as nossas obrigações. Pode haver quem tenha um entendimento contrário mas esse entendimento é, no máximo, tão bom como o da maioria.

Creio que é muito mais importante fazermos uma reunião para explicarmos as coisas do que enviarmos uma carta mas, se os partidos preferem a carta em vez da reunião, poupam-me trabalho e não haverá qualquer problema.

Senhor deputado, o senhor sabe que a lei não estabelece qualquer formalidade e nesta Assembleia Municipal não temos que ficar presos ao entendimento de A, B ou C; temos que ficar presos ao texto da lei que apenas estabelece, como formalidade, que a oposição seja consultada atempadamente.

A oposição foi consultada atempadamente e mais lhe digo: os senhores concorreram em coligação e até hoje, que eu saiba, nunca comunicaram oficialmente que a coligação já não existia. Foi contactado o senhor líder da coligação e foi feita uma reunião. Se os senhores têm ou não têm confiança em quem vai a essa reunião, é um assunto vosso.

Já vos informei e volto a fazê-lo para que fique em ata que, da parte da Câmara Municipal, em situações futuras, não haverá qualquer problema em enviar-vos uma carta, um *e-mail* ou telefonar-vos, mas digam-no previamente.

A minha interpretação é que o Direito de Oposição foi mais do que cumprido. Foi dada à oposição um protagonismo que nem era costume ser dado, foi dada também a possibilidade de conhecerem previamente os documentos e houve participação de técnicos na reunião para qualquer esclarecimento adicional que eu não pudesse prestar para que os senhores pudessem influenciar a elaboração do orçamento. Tudo isso foi feito e cumprido em relação a este orçamento.

Em relação ao futuro, os senhores façam o favor de me escrever, já que consideram tão importante por escrito. Se não confiam nas vossas pessoas, escrevam à Câmara, que nós, com todo o gosto, enviaremos para o endereço que os senhores nos indicarem porque não tenho e não terei a obrigação de conhecer os endereços ou as organizações de qualquer partido.

Os senhores terão que indicar para onde querem que seja cumprido o Direito de Oposição, porque eu não vou tomar a iniciativa de escrever para quem quer que seja. A minha obrigação é contactar as pessoas que foram eleitas, tal como eu, as quais respeito como me respeito a mim próprio; era isso que devia fazer e foi o que fiz. Da minha parte considero e tenho a certeza que cumpri as minhas obrigações nessa matéria. Os senhores têm todo o direito a outro entendimento, por isso é que são oposição.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor presidente da Câmara não se opõe que o senhor vereador Nuno Melo Alves faça uma interpelação à Mesa?

Sr. presidente da Câmara: – De maneira nenhuma.

Sr. vereador Nuno Melo Alves: – Senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, muito bom dia e obrigado pela oportunidade desta minha interpelação.

Ao contrário do que foi aqui referido, na primeira reunião que tivemos, foi perguntado pelo senhor presidente da Câmara se as referências na ata deviam ser feitas à coligação ou aos partidos em separado. A informação foi transmitida verbalmente, apesar de na lei ser claro que as coligações acabam com a publicação dos resultados e que seria feito registo de partidos individuais e separados.

No entendimento de que seriam os vereadores a representarem o Direito de Oposição, a reunião ocorrida não foi convocada com nenhum formalismo e não foram abordados os 2 partidos; foi só 1, como foi referido pelo senhor presidente e os documentos dos Serviços Municipalizados nem sequer lá chegaram. Independentemente da via por onde olhamos para isto, não foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição. É importante que fique aqui este esclarecimento. Muito obrigado.

Sr. presidente da Câmara: – Mais uma interpelação para confirmar o que foi dito pelo senhor vereador. De facto, na primeira reunião, foi perguntado como queriam ser descritos nas reuniões. Foi isso que aconteceu e confirmo em absoluto o que disse o senhor vereador.

Sr. d. m. Félix Rodrigues: – Acho que a lei não pode passar por interpretações e podemos achar até que os seus conteúdos são ridículos mas, por mais ridículos que sejam, eles existem e ridiculamente temos que os cumprir. Creio que, neste caso, é da competência material da Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição e ouvir a oposição.

As interpretações podem ser distintas; podemos olhar para a forma e fazer várias interpretações e ficamos baralhados com a leitura de algumas delas. Por vezes, a questão colocada na ordem inversa faz-nos ver o problema de forma diferente e, quando vemos num ou no outro sentido, as coisas não são todas iguais nem simétricas.

Olhando para a lei, tal e qual como tem sido cumprida nos anos anteriores, quem goza do Estatuto do Direito de Oposição são os partidos e não os vereadores e isto é claríssimo como água. Por outro lado, isso dá direito também a um Parecer para esclarecermos todas essas dúvidas e conhecermos a interpretação da DROAP relativamente à forma como é cumprido o referido estatuto, o que se faz ouvindo os partidos.

O senhor presidente da Câmara coloca a questão de que deveria ter sido dado conhecimento de que a coligação estava desfeita, o que me baralhou, porque achei que estaria desfeita desde o preciso dia em que se conheceram os resultados eleitorais. É exatamente o que está na lei mas fiquei baralhado; se estava desfeita, havia mesmo que consultar os partidos. Achamos que é esse ponto que não está a ser cumprido, o que faz com que haja ilegalidade associada ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Podemos considerá-lo um pormenor ridículo mas é a lei e, por mais ridículo que seja, torna ilegal o orçamento; como tal, vamos votar literalmente contra e vamos apresentar uma declaração de Voto de Vencido, caso se pretenda continuar com a discussão das Grandes Opções do Plano.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Félix Rodrigues; o que diz o regimento no seu artigo 44º, nº 2, é que os partidos devem apresentar à Mesa a sua composição, bem como as suas respetivas direções e esse princípio apenas ainda foi cumprido pelo Partido Socialista.

A coligação ou ex-coligação, o PSD e o CDS-PP, não cumpriram esse artigo do regimento e, na conferência de líderes, não foi levantada a questão relativamente ao que está agora a ser referido. Da minha parte não tinha senão que cumprir o que diz a lei, que é convocar a Assembleia para a aprovação do orçamento, sob pena de o próprio município ficar sem orçamento para o próximo ano.

A lei tem uma série de contradições e, como qualquer lei, presta-se a diversas interpretações; aí não estou de acordo consigo e não atribui qualquer sanção sobre esta matéria a não ser uma

sanção política que já foi tomada. A partir daí tudo decorre dentro da normalidade, ou os senhores encontram na lei alguma sanção para além desta sanção política, ou encontram alguma norma que impeça que esta reunião decorra de forma normal. Se não encontram, como disse o senhor presidente da Câmara, a sanção política foi assumida. A partir daí estamos em condições de continuarmos os nossos trabalhos de forma completamente normal.

Sr. presidente da Câmara: – A última parte da intervenção do senhor presidente da Assembleia é extremamente relevante. É preciso que fique em ata que, da parte da Câmara Municipal, não queremos transformar estas questões numa guerra que não serve os interesses do concelho.

O que interessa para o concelho é que a Câmara seja bem governada, que esta Assembleia funcione, que a oposição cumpra o seu papel de oposição e que quem venceu as eleições desempenhe o seu papel de governo desta Câmara, cumprindo as suas mútuas obrigações; é esse o desafio que aqui faço porque agi de boa-fé e tenho a certeza que cumpri a lei.

Há pessoas que têm uma visão da política como se fosse um eterno jogo de engana. A política não é isso; a política é servir as pessoas. Há uma nobreza que alguns não sentem mas esses não são políticos...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Isto fica gravado, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – É bom que fique gravado; sei que está a ficar gravado. Há uma nobreza na política que é bom que também chegue a esta casa. Há pessoas que não sabem fazer política, só sabem escrever artigos de carroceiro mas isso é outro assunto.

Na reunião de líderes, disse perante todos que tinha toda a vontade em estabelecer um acordo sobre essa matéria com a oposição. Estejam descansados que não tenciono ir para lado nenhum e se Deus me der vida e saúde haverá outros orçamentos da Câmara.

Em edições futuras posso enviar a carta para onde os senhores entenderem e posso convidá-los para a reunião; fica como os senhores quiserem. Isso foi dito e é uma prova da boa vontade e da boa-fé nesta matéria, apesar de manter integralmente o meu entendimento sobre a lei e o seu cumprimento.

Que fique bem claro que estas minhas palavras não revelam qualquer transigência; apenas revelam a vontade de servir bem este concelho que é para isso que aqui estamos todos, os senhores e nós. É importante que haja entendimento político em torno das Grandes Opções que o concelho de Angra tem que seguir. É um desafio que aqui vos deixo.

Sr. d. m. Félix Rodrigues: – Há sanções relativamente ao não cumprimento da lei. Podia ter-se interposto uma providência cautelar mas não se fez exatamente para benefício do município, o que permite que esta Assembleia se possa pronunciar livremente tendo em conta a posição política da oposição...

Sr. presidente da Câmara: – O que é perfeitamente legítimo e respeitável.

Sr. d. m. Félix Rodrigues: – Perfeitamente legítimo e respeitável. Há uma posição política mas há uma consequência prática que poderia ter sido levada a extremos mas não o foi. Há uma boa-fé do lado da oposição porque talvez tenha havido aqui algumas precipitações de ambos os lados.

Vamos esclarecer desde já alguns pormenores que me parecem extremamente importantes. Em primeiro lugar, o regimento não se pode sobrepor à lei; em segundo, os partidos são constituídos por muitas e variadas pessoas de várias sensibilidades. Nos partidos ditos democráticos, a lei é extremamente importante e é para cumprir.

Temos que avaliar e fazer sempre um juízo e não é má-fé nem há vontade de fazer oposição política pela política; temos que nos saber posicionar face a determinadas questões. Do nosso ponto de vista, esta é uma questão de legalidade e agimos como tal.

A conferência de líderes tem como principal objetivo agendar as matérias para a Assembleia Municipal e não lhe cabe aí a tomada de decisões. Nenhuma decisão teria que ser tomada relativamente a isto, se bem que falámos na interpretação do Estatuto do Direito de Oposição. Perante isto esperemos que o papelinho venha a servir para os próximos anos e isto funcione muito melhor com interpretações simples porque houve umas quantas confusões.

Vamos dar de bandeja que sejamos todos aqui um pouco estagiários nessa coisa com a possibilidade de alguma confusão entre um líder de uma coligação e os líderes que faziam parte de uma coligação; há uma diferença mínima mas existe.

Sendo assim, o Estatuto do Direito de Oposição não foi cumprido; é exatamente esse o nosso entendimento e é a opinião da DROAP e creio que é o entendimento do que está escrito nas competências da lei da maioria dos juristas.

Até dou de bandeja que o senhor presidente da Câmara possa ter agido de boa-fé, pensando que estava a fazer os contactos corretos. O que acontece é que, uma vez que foi alertado que não, ele faz uma leitura e, aí sim, assume uma responsabilidade política pela leitura que faz.

Sr. presidente da Câmara: – Sim senhor; estou de acordo.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Félix Rodrigues; estou em pleno desacordo com grande parte do que referiu, nomeadamente em relação à competência da conferência de líderes. Como o senhor disse, e bem, a conferência de líderes tem como principal objetivo fixar a ordem de trabalhos e foi o que fez.

Na conferência de líderes, nenhum partido levantou qualquer questão relativamente a este agendamento, portanto não atribuam à Mesa da Assembleia qualquer responsabilidade relativamente a este agendamento. Se queriam tomar alguma posição, deveriam tê-lo feito antes.

Quanto à providência cautelar, é uma interpretação que o senhor deputado faz e tem todo o direito de a fazer. Continuo a dizer que a sanção que a lei prevê é, fundamentalmente, uma sanção política.

Houve todo o tempo do mundo para que tivessem tomado essas iniciativas antes desta reunião da Assembleia, não o fizeram na conferência de líderes e isso é que é importante para aqui neste momento. Entendiam que era assim, encantado da vida; mas o facto é que não o fizeram antes e o agendamento foi feito de acordo com todos os partidos aqui representados.

Esta Assembleia e em particular a sua Mesa não têm nenhuma responsabilidade relativamente à atitude que os senhores deputados estão a tomar.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, agradeço os seus esclarecimentos e jamais foi minha intenção pôr em causa a condução dos trabalhos por V. Exa. Apenas me limitei a citar o que está na lei e o que me preocupa é, essencialmente, o cumprimento do artigo 29º, nº 1, alínea d) da lei 75/2013 que diz que compete à Mesa da Assembleia verificar a conformidade legal do que aqui vem.

Havia tomadas de posições que vinham desde a reunião de Câmara que aprovou os orçamentos e as Grandes Opções do Plano. Nessas reuniões, o senhor presidente da Câmara foi informado de que não estava a ser cumprido o Estatuto do Direito de Oposição e por isso concordo consigo quando diz que houve muito tempo; pois houve.

Não percebo porque é que o senhor presidente da Câmara este ano faz um entendimento que já sabe que vai ser diferente do entendimento da lei, que há de ser a mesma daqui a um ano; não consigo perceber esta parte.

Neste sentido e visto que o senhor presidente voltou à sala, gostava de lhe perguntar, na sua interpretação legal, onde é que encaixam os vereadores eleitos pela oposição; se, nos órgãos ou nas estruturas dos partidos, porque não os consigo enquadrar em nenhum desses.

Sr. presidente da Câmara: – Já disse o que tinha a dizer; a minha posição é clara.

Sr. presidente da Mesa: – Sublinho que não me referi ao senhor deputado Pedro Ferreira como tendo contestado a minha condução dos trabalhos; quis apenas dizer que houve todo o tempo e não pode ser assacada nenhuma responsabilidade à Mesa da Assembleia sobre a interpretação que fazem desta matéria. É importante que isso fique muito claro. Na conferência de líderes deveria ter sido dito: «não devem fazer o agendamento porque nós não concordamos.»

Entendo que está cumprido o dever da Mesa da Assembleia, está também cumprida a legislação e o regimento em particular que, como é óbvio, não se sobrepõe à lei. Como referiu o senhor deputado Félix Rodrigues, se calhar, parte de algumas situações poderiam ter sido evitadas.

Posto isto e no interesse do concelho, penso que estamos em condições de prosseguirmos com os nossos trabalhos, passando ao ponto seguinte. Estamos a ter uma discussão, o mais aberta possível, sem tempos controlados, para que toda a gente se pronuncie sobre esta matéria.

Sr. vereador Nuno Melo Alves: – Uma vez mais agradeço ao senhor presidente da Câmara a permissão para esta minha intervenção porque, como sabem, os vereadores não podem falar nas reuniões da assembleia municipal sem a sua autorização.

Há, desde logo, equívocos na interpretação da lei, porque os vereadores foram convocados individualmente para todas as reuniões formais da Câmara e os 2 partidos foram convocados para a conferência de líderes.

Não há equívocos em relação ao fim da coligação. Em 2004, salvo erro, houve coligações para o Governo Regional que saíram derrotadas e esta matéria não é totalmente nova porque, quase todos os que aqui estamos, temos alguma experiência nestas andanças e não chegámos à política anteontem. Julgo que são argumentos laterais que, com toda a franqueza, não colhem.

Pode ter havido algum erro ou má interpretação por parte do senhor presidente e, se calhar, não houve condições para se corrigir e voltar atrás, o que não impede que, o que será votado daqui a pouco não continue ilegal porque, aparentemente, a Assembleia Municipal cumpriu formalmente com o que devia para poder receber o documento para votação. Sendo ilegal, não impede que qualquer munícipe desagradado com alguma decisão camarária, (pelo facto de a sua empresa ficar, por exemplo, excluída de um concurso da Câmara feito ao brigo deste orçamento), peça a sua impugnação daqui a 3 meses por força desta ilegalidade.

Nós, os partidos, não tomámos essa iniciativa por razões que se prendem com o bom funcionamento da Câmara e do município mas este orçamento continua ferido de ilegalidade, independentemente das interpretações que estão a ser feitas.

Não bastam, e estão à vista, os exemplos tomados pelo presidente do Governo Regional que ouve os partidos em audiência além de apresentar o Plano e Orçamento à Assembleia Legislativa Regional. Não basta o exemplo das câmaras vizinhas e não basta o exemplo desta própria Câmara no passado. Todos esses exemplos, sendo válidos e corretos, não foram

suficientes para influenciarem positivamente a decisão do nosso presidente da Câmara; é uma opção dele que não faz disso lei e não torna o orçamento legal.

Temos um exemplo num passado recente, no último mandato, em que uma decisão tomada em Câmara Municipal e aprovada em Assembleia Municipal foi parar à barra dos tribunais e 3 vereadores do Partido Socialista e 1 do CDS-PP foram intimados a repor uma quantia em dinheiro porque foi tomada uma decisão na Câmara com votos majoritários do PSD e do CDS-PP, com votos majoritários desses mesmos partidos em assembleia municipal.

Essa decisão esbarrou na barra dos tribunais e obrigou a alterações profundas por parte da presidente da Câmara seguinte e da sua vereação. Essas decisões reportam-se à presidente Andreia Cardoso, cuja solução ocorreu com a presidente Sofia Couto já no final do último mandato e têm a ver com um empréstimo à Associação Cultural Angrense.

Acho que esta informação é relevante. A única maneira de os vereadores e os membros da Assembleia Municipal não serem corresponsabilizados pela insistência na ilegalidade é votarem contra, com uma declaração de Voto de Vencido. Isso terá que ser válido para todas as votações em questões que venham aqui e às reuniões de Câmara ao abrigo deste orçamento que passará a vigorar se for considerado legal.

Quero deixar este alerta para o futuro porque, num caso de decisão conjunta em que os partidos da oposição aceitem defender o município, sujeitando-se a irem a tribunal, não têm nenhuma vontade de levarem balas em matérias de ilegalidade por esta via. É preciso que isto fique claro e entendido por todos aqui presentes porque estamos a falar de uma questão de legalidade que pode facilmente ir parar à barra dos tribunais por motivos diversos, o que ninguém quer.

Os 2 partidos da oposição não interpuseram deliberadamente a providência cautelar porque não querem criar um problema maior. O problema base reside na legalidade ou ilegalidade, além da nossa interpretação e da interpretação da Câmara. Como já referi, há precedentes e outros exemplos de câmaras vizinhas e juntas de freguesia nesta ilha e de câmaras municipais de outras ilhas. Era uma matéria que estava esquecida e descabida; a lei é ridícula, como aqui já foi dito, mas não deixa de ser a lei que também contempla muita coisa ridícula.

Das duas, uma: ou olhamos todos para o lado e fingimos que não é lei ou tentamos, pelas vias possíveis, alterar as leis que não fazem sentido na Assembleia Legislativa Regional e na Assembleia da República.

Se as leis vigoram devem ser cumpridas. Não se trata de incumprimentos em nome pessoal mas sim em nome da Câmara. Peço que me deem a devida latitude à analogia; mas uma coisa é ultrapassarmos os limites de velocidade no nosso carro particular, outra é fazê-lo num carro oficial da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Intervenho mais uma vez para reafirmar o absoluto convencimento de que a lei foi cumprida e para vos dizer que assumo, perante vós, a decisão e responsabilidade nessa matéria. Foi assim e creio que deve ser assim porque é assim na maior parte dos concelhos desta região e do país. É assim que se costuma fazer e que, do meu ponto de vista, deve ser feito.

Quem está num cargo político deve corresponder-se com quem está nos cargos equivalentes. Se for caso disso, caberá aos tribunais analisarem o assunto e cá estarei para assumir as responsabilidades.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este processo não vai ficar apenas com a opinião de uma das partes versus a opinião da outra. Tenho aqui os documentos prontos e darão entrada, ainda esta tarde, na Provedoria de Justiça, na Inspeção Administrativa Regional e na DROAP, as respetivas queixas por parte dos 2 partidos políticos, o PSD e o CDS-PP, quanto ao

incumprimento do Estatuto do Direito de Oposição por parte da Câmara Municipal de Angra relativamente a este Plano e Orçamento para 2014.

Este processo terá o seu seguimento, não pela via judicial, mas pela via administrativa e administrativamente também haveremos de chegar às devidas conclusões.

Sr. presidente da Câmara: – Essa ação será bem-vinda, porque esclarecerá o assunto e nós agiremos em conformidade.

Sr. presidente da Mesa: – Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Convoco os líderes dos grupos municipais para se reunirem comigo às 13H45 no meu gabinete para sabermos como vamos continuar os nossos trabalhos, que serão retomados impreterivelmente às 14H00.

(Retomados os trabalhos depois do almoço).

Sr. presidente da Mesa: – Vamos continuar com a sessão interrompida por mais 15 minutos, a pedido dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP e retomaremos às 14H20.

(Os trabalhos foram retomados às 14H41M).

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Queria aproveitar para me pronunciar acerca das questões do Estatuto do Direito de Oposição que há pouco foram referidas em interpelação à Mesa; faço-o agora no uso da palavra no meu tempo para este ponto da Ordem de Trabalhos.

O senhor presidente da Câmara há pouco disse que não era habitual nos Açores o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição nos moldes a que a oposição se referiu nesta Assembleia.

Peço autorização para ler 2 parágrafos de um artigo do jornal «Correio dos Açores» de 12 de dezembro de 2013 que fala exatamente no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição na Câmara Municipal da Lagoa que é presidida pelo anterior presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ao exemplo do que acontece na Câmara Municipal da Praia da vitória presidida pelo atual presidente da AMRAA que também fez cumprir esse estatuto nos moldes que aqui foram pedidos pelos partidos da oposição.

O título do texto é: «Lagoa apresenta à oposição a Anteproposta de Plano e Orçamento com 20% de redução da despesa para 2014.

O presidente da Câmara Municipal da Lagoa, João Ponte, entregou ontem aos partidos políticos representados na Assembleia Municipal e que não estejam representados no órgão executivo ou, estando no órgão executivo, não assumem qualquer pelouro, ou seja, CDS-PP e PSD, a Anteproposta de Plano e Orçamento para 2014 para consulta e apreciação num contexto de ética e transparência política, cumprindo assim o disposto no Estatuto do Direito de Oposição patente na lei 28/98 de 26 de maio.

Desde 2011 que o líder do executivo camarário, João Ponte, tem procurado incentivar um diálogo democrático e profícuo em torno do Plano e Orçamento do município e, deste modo, no início de um novo mandato 2013-2017, e apesar da maioria absoluta que lhe confere poder em relação à aprovação do mesmo, o autarca cumpre com aquilo que considera ser uma das bases da democracia: o diálogo, em particular, em prol daquilo que é melhor para o bem-estar dos lagoenses. Refere nota do gabinete de imprensa daquela autarquia.»

Sr. presidente da Câmara: – Senhor presidente, peço uma interpelação porque creio que nos estamos a desviar do ponto da Ordem de Trabalhos porque já debatemos isto e para reafirmar mais uma vez que maior transparência e respeito do que a que eu tive não se pode ter, convidando os senhores representantes a reunir e entregando-lhe a anteproposta

atempadamente. Isso foi feito e voltou a ser feito de novo em reunião de Câmara em que discutimos o assunto aprofundadamente. Os senhores têm a vossa opinião, nós temos a nossa, não vale a pena estarmos a recuar todas as vezes ao mesmo sítio. Fica o meu protesto, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa: – Oh, senhor presidente; nós pautamos a nossa conduta por deixar ouvir...

Sr. d. m. Artur Lima: – Há quem mande na Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Absolutamente. Nós pautamos a nossa conduta por deixar ouvir as pessoas, muitas das vezes ultrapassando os tempos que estão atribuídos regimentalmente.

Na parte da manhã, sem qualquer tipo de parcimónia, toda a gente expressou as suas opiniões sobre esta matéria. O senhor deputado Luís Rendeiro, na continuação dos trabalhos da parte da manhã, está a expressar uma opinião que tem a ver com o tema que ainda está em cima da mesa. Vamos acabar de ouvir o senhor deputado Luís Rendeiro e depois o senhor presidente da Câmara expressará a sua opinião.

Sr. d. m. Artur Lima: – Peço uma interpelação à Mesa. Senhor presidente; interpelei-o há momentos, referindo que há quem mande na Assembleia Municipal porque, quando pedimos uma interpelação à Mesa, esperamos pela sua anuência e autorização e que nos dê o uso da palavra; estou correto?

Sr. presidente da Mesa: – Perfeitamente.

Sr. d. m. Artur Lima: – Muito obrigado, senhor presidente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Posso continuar, senhor presidente? Espero que me tenha sido descontado o tempo para poder cumprir com os limites que me estão atribuídos por direito na Assembleia. Acabei de ler 2 parágrafos do jornal «Correio dos Açores» que não é propriamente um jornal clandestino; é um jornal de boa tiragem na ilha de S. Miguel.

O PSD não se vai pronunciar neste ponto da Ordem de Trabalhos porque entendemos que estes documentos previsionais estão fora da legalidade, fruto do incumprimento do Direito do Estatuto de Oposição. O PSD não debate nem contribui para a discussão de orçamentos ilegais e vai votar contra este orçamento.

O senhor presidente da Câmara conhece bem a lei que define o Estatuto do Direito de Oposição e, se não a conhecia bem aquando o início deste processo, agora já a deve saber de cor; não a cumpriu porque decidiu não o fazer e porque, orgulhosamente, entendeu manter a sua posição inicial. Assumir que se errou e recuar não é para qualquer pessoa e as posições ficam com quem as toma.

Não faltaram momentos e oportunidades, quer em sede de reunião camarária, quer em sede de debate público através da comunicação social, recorrendo aos mecanismos de imprensa e do exercício do direito de opinião a que todos os intervenientes neste processo têm e tiveram acesso para que tudo ficasse esclarecido e para que, em tempo útil e razoável, a lei pudesse ser cumprida. Não o foi porque o presidente da Câmara de Angra do Heroísmo não quis.

A lei eleitoral determina que as coligações se extinguem automaticamente, findo o ato eleitoral. Assim sendo, ambas as estruturas partidárias da oposição, PSD e CDS-PP, uma vez que não possuem eleitos em funções executivas, teriam que ser auscultadas através do envio, e cito, «em prazo considerado razoável», das antepostas dos documentos previsionais.

Do mesmo modo não há líderes de qualquer coligação pré-eleitoral que possam ou devam ser convocados para o que quer que seja, caso essa argumentação volte a surgir, como já surgiu hoje, em qualquer outro fórum de discussão.

As reuniões ocorridas entre o presidente da Câmara e os vereadores da oposição foram informais em que nunca esteve devidamente agendada a discussão e muito menos a votação de quaisquer orçamentos e mesmo que houvesse uma qualquer tentativa de discutir ou aviar *in situ* o Estatuto do Direito de Oposição, nunca houve apresentação ou qualquer referência, como hoje já foi aqui dito, aos documentos dos Serviços Municipalizados.

Os documentos previsionais foram entregues aos vereadores num prazo inferior a 48 horas de uma reunião de Câmara para a qual, não estava agendada qualquer votação e que deveria ter sido apenas uma reunião informal de trabalho. Mesmo assim e depois de tudo isto, o presidente da Câmara foi devida e atempadamente alertado pelo vereador Alonso Miguel para o facto de não estar a ser cumprido o Estatuto do Direito de Oposição; fê-lo, usando inclusivamente a figura de declaração de voto de vencido em reunião camarária.

Volto ao início para lembrar a Assembleia de que são, por lei – a lei nº 24/98 de 26 de maio que estabelece o Estatuto do Direito de Oposição –, titulares do Direito de Oposição os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, conforme consta do artigo 3º da referida lei.

A lei não foi cumprida; a ilegalidade cai sobre este orçamento e sobre esta votação e o PSD não discute documentos que não estejam dentro do escrupuloso cumprimento da lei. Muito obrigado.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Senhor presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, muito boa tarde.

O Orçamento e o Plano propostos são, antes de mais, documentos necessariamente de transição entre os documentos assumidos pelo anterior elenco camarário e as novas orientações do executivo recentemente eleito.

Importa realçar que o documento apresenta uma nova forma na abordagem das ações a desenvolver, ordenando-as de acordo com os capítulos expressos no programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista.

Importa igualmente salientar que a saúde financeira da nossa autarquia, cuja dívida é de cerca de 17 milhões de euros, é essencialmente metade da dívida do concelho do Nordeste que tem apenas cerca de 4 937 habitantes. Penso que isto é um ponto muito positivo da nossa autarquia.

Relativamente aos investimentos previstos para 2014, relevo os 5,4 milhões de euros a investir na rede viária sendo que, 3,2 milhões já estão garantidos e os restantes 2,2 milhões estão dependentes do quadro comunitário de apoio.

Quero lembrar a importância destes investimentos, não só por contemplarem as estradas danificadas pelo temporal na freguesia do Porto Judeu, mas também por significarem uma melhoria muito grande na rede viária do nosso município.

Aproveito para referir também a aposta na melhoria da rede de água e esgotos, bem como a construção do novo reservatório com um global na ordem de 1,7 milhões de euros. Por todas estas razões, o grupo municipal do PS irá votar favoravelmente o documento que nos é proposto pela Câmara Municipal.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Como todos já percebemos, há uma divergência profunda de opiniões sobre uma interpretação legal que, quanto a nós, é clara como água. Como todos percebemos, todo o processo relativo à aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, no fundo, os documentos previsionais da Câmara e dos Serviços Municipalizados para

2014, não foram conduzidos da forma habitual como vinha sendo prática nesta Câmara Municipal.

Como também já percebemos, os documentos foram entregues fora de prazo e só isso seria suficiente para poderem ser impugnadas as decisões tomadas na reunião da Câmara Municipal que os aprovou um bocadinho à socapa.

Até aqui fomos condescendentes. As estruturas partidárias concelhias do PSD e do CDS-PP voltaram a insistir publicamente depois da reunião de Câmara, alertando o senhor presidente da Câmara para o facto de a lei não estar a ser cumprida e, apesar de tudo, o orçamento está aqui hoje para aprovação desta Assembleia.

A lei que estabelece o Estatuto dos Eleitos Locais, no seu artigo 4º, estabelece que, no exercício das suas funções – e não são as funções dos deputados do CDS e do PSD, são de todos nós que estamos eleitos nesta Assembleia – os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: «*Em matéria de legalidade e de direitos dos cidadãos, a observarem escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem e a cumprirem e fazerem cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências*»; preceitos legais que estão vertidos no artigo 54º do regimento desta Assembleia.

Sob esse ponto de vista, o grupo municipal do CDS-PP não discutirá este orçamento porque considera que o mesmo está ferido de ilegalidade e sobreescreverá uma Declaração de Voto de Vencido que será no fim lida e entregue à Mesa para efeitos de ata. Muito obrigado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Só para acrescentar que a mesma declaração de voto será subscrita por deputados dos grupos municipais do CDS-PP e do PSD.

Sr. presidente da Mesa: – Durante a parte da manhã, relativamente ao entendimento da Mesa sobre esta matéria, referi expressamente que o agendamento não foi contestado em conferência de líderes, ou seja não foi dito que haveria uma contestação específica relativamente aos documentos em análise. Por essa e apenas por essa razão, entendemos que devemos pôr à votação o documento apresentado à Assembleia.

Não se registando mais intervenções, o Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2014, constante do Ponto 1.2, foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD) e 10 votos contra (6 do PSD, 4 do CDS-PP).

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado Luís Rendeiro para uma declaração de voto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Declaração de Voto de Vencido.

«Ao abrigo do nº3 do artigo 58º da lei 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais que determina que o registo na ata do Voto de Vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação, os deputados municipais abaixo assinados apresentam a seguinte declaração de Voto de Vencido:

“Os órgãos executivos das câmaras municipais estão obrigados por lei, (a lei nº 24/98 de 26 de maio que estabelece o Estatuto do Direito de Oposição), a consultarem os partidos políticos da oposição sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (nº 3 do artigo nº 5), pronunciando-se e intervindo pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante (artigo 6º).”

O artigo 3º da referida lei determina: “São titulares do Estatuto do Direito de Oposição os partidos políticos representados nas câmaras municipais desde que nenhum dos seus

representantes assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.”

O artigo 4º acrescenta: *“Os titulares do Direito de Oposição têm o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade e que as informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do Direito de Oposição.”*

O direito de oposição democrática é uma concretização de outros princípios e direitos fundamentais previstos na própria constituição da república portuguesa.

Por sua vez, a alínea yy) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, determina que: *“É competência da Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição.”*

Tendo em conta que os órgãos competentes do PPD/PSD e dos CDS-PP, titulares do Direito de Oposição, não foram consultados, consideramos que o mesmo não foi cumprido e que, como tal, o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo não cumpriu a lei, consequentemente alargando a ilegalidade aos documentos previsionais aprovados na reunião do executivo camarário de 6 de dezembro de 2013.

Mais se acrescenta que, quer durante a reunião do executivo camarário onde foram extemporaneamente apresentados os documentos previsionais do município para 2014, quer publicamente, o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo foi alertado para este facto na tentativa de o sensibilizar a cumprir a lei mas, infelizmente, sem sucesso.

Assim, os deputados municipais abaixo assinados consideram ter sido cometida uma ilegalidade, com a qual não podem compactuar, pelo que votam contra as propostas de documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e apresentam a presente declaração e voto.

Angra do Heroísmo, 18 de dezembro de 2013.

Os deputados municipais: Artur Lima, Péricles Ortins, Marisa Sousa, Félix Rodrigues, Luís Rendeiro, Rita Andrade, Francisco Câmara, Alódia Rocha Costa e Silva, Pedro Ferreira e Michele Aguiar.»

1.3 - Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2014, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- Despesas de investimento: - 2 200 400,00 € (dois milhões, duzentos mil e quatrocentos euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: – 6 268 230,00 € (seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta euros).
- Receitas de capital: – 1 760 270,00 € (um milhão, setecentos e sessenta mil, duzentos e setenta euros).
- Outras receitas: (reposições não abatidas aos pagamentos) – 100,00 € (cem euros).

- **Total geral das receitas:** – 8 028 600,00 € (oito milhões, vinte e oito mil e seiscentos euros).
- **Despesas correntes:** – 5 664 200, 00 € (cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e duzentos euros).
- **Despesas de capital:** – 2 364 400,00 € (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos euros).
- **Total geral das despesas:** – 8 028 600,00 € (oito milhões, vinte e oito mil e seiscentos euros).

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na sua mais recente redação, o mapa de pessoal para 2014 acompanha a presente proposta de orçamento.

Sr. presidente da Câmara: – O documento previsional dos Serviços Municipalizados para 2014 mantém, no essencial, a mesma estruturação e orientação do documento do ano transato, já que as questões respeitantes a pessoal são as mesmas que já foram aqui referidas para a Câmara. Há também a intenção de se aplicar a remuneração compensatória, caso a mesma venha a entrar em vigor.

Existem 2 grandes investimentos: um está em curso e tem a ver com a melhoria da rede de drenagem e da rede de abastecimento de água na zona da Ladeira Branca, que visa também resolver a questão de violação das regras de separação entre redes pluviais e redes de esgoto naquela zona e que tinha como consequência o levantar das tampas na zona da Miragaia e outros problemas que ali aconteciam.

O outro investimento importante é a construção de um novo reservatório na zona a montante da Terra Chã, visando o melhoramento do abastecimento na zona oeste do concelho com o transporte de água no troço que vai até à Serreta, permitindo também algumas poupanças energéticas com a otimização dos sistemas de elevação.

Tirando isto, os investimentos em curso nos Serviços Municipalizados são relativamente pequenos e têm a ver com a manutenção e a gestão global das estruturas a seu cargo, já que, como disse no ponto anterior, foi dada prioridade às estradas e caminhos municipais, obrigando a uma grande contenção no investimento na área dos Serviços Municipalizados.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmos. senhores deputados municipais, muito boa tarde.

Em nome da Junta de Freguesia da Terra Chã, quero agradecer e congratular-me com este grande investimento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados que vai ser feito na nossa freguesia no novo reservatório de água que há muito fazia falta.

*Não havendo mais intervenções e após votação, os **Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2014, constantes do Ponto 1.3, foram aprovados por maioria, com 28 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD) e 10 votos contra (6 do PSD, 4 do CDS-PP).***

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, pedi para intervir para apresentar uma declaração de voto.

Pelos motivos aduzidos e já vertidos numa Declaração de Voto de Vencido entregue relativamente ao assunto anterior, que também se aplica a este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria apenas de acrescentar que, no entendimento do senhor presidente da Câmara, terá

sido cumprido o Estatuto do Direito de Oposição mas, na tal reunião informal tida com os vereadores do PSD e do CDS-PP, este documento que acabámos de votar nem sequer foi posto à consideração dos senhores vereadores para efeitos do referido estatuto.

1.4 - Alteração dos estatutos da TERAMB E.M. para aprovação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta alteração deriva da necessidade de se alterarem as reservas legais da TERAMB, face a uma alteração do enquadramento legal das empresas municipais. A lei estabelece que o mínimo de reserva legal deve ser de 5% e o que se pretende aqui é rigorosamente isso; trata-se de uma alteração rigorosamente pontual que visa apenas a uniformização da TERAMB com o que acontece na generalidade das empresas.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 - Proposta da TERAMB E.M. no sentido da eventual necessidade de se contrair um empréstimo bancário à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo até ao valor de cinco milhões de euros, pelo prazo máximo de 159 meses, para aprovação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo mediante proposta da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para financiamento do projeto “Reordenamento do aterro intermunicipal da ilha Terceira e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos dos Grupos Central e Ocidental”, projeto apoiado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT).

Sr. presidente da Câmara: – A TERAMB está neste momento a realizar um dos maiores investimentos em curso na ilha Terceira, relacionado com o tratamento dos resíduos, que se situa entre os 36 e os 38 milhões de euros.

Como sabem, a TERAMB é propriedade dos municípios de Angra e Praia da Vitória a 60% e 40% respetivamente e estes 5 milhões correspondem à necessidade de um financiamento para os adiantamentos necessários à execução da obra e para se assumir a parte da comparticipação nacional no investimento. Provavelmente não será necessário utilizar totalmente esta verba que tem um carácter previsional.

A nossa responsabilidade como município de Angra é de 60% deste valor, visto que a TERAMB é uma empresa intermunicipal. Este empréstimo ainda não foi utilizado e provavelmente não o será em 2014, ficando em reserva face à evolução da execução financeira do projeto de valorização de resíduos.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente, uma interpelação à Mesa para esclarecer este ponto nos seus exatos termos e sabermos exatamente o que estamos a votar. O senhor presidente leu, está aqui escrito e gostaria que nos esclarecesse se estamos a votar um empréstimo.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que referi um empréstimo; é um empréstimo, obviamente. Peço desculpa mas não entendi.

Sr. d. m. Artur Lima: – É que o documento da Caixa Económica que temos aqui refere um crédito estruturado que corresponderá mais ou menos a uma conta caucionada e não a um empréstimo que são 2 coisas diferentes.

Quero obter explicações nesse sentido porque, segundo nos esclareceram, um crédito estruturado não é a mesma coisa que um empréstimo; reveste-se de natureza diferente com condições diferentes e podemos estar aqui a votar uma coisa que não corresponde à materialização disto. Se assim for, a proposta está incorreta e talvez tenhamos que a retificar.

Sr. presidente da Câmara: – Eu esclareço. Para um período inferior a um ano, não precisaríamos de um empréstimo do ponto de vista formal. Eventualmente, teremos um empréstimo até 5 milhões de euros em termos da execução do projeto e do seu financiamento.

O que estamos a pedir é uma autorização para um empréstimo até 5 milhões de euros que nunca poderá ultrapassar esse valor e até poderá ser muito inferior se a execução financeira do projeto seguir o que esperamos. O que se pede é uma autorização de 60% de um empréstimo até 5 milhões de euros, já que os restantes 40% são da responsabilidade do município da Praia da Vitória.

Sr. presidente da Mesa: – Peço desculpa, senhor presidente mas o senhor deputado Artur Lima tem razão. Se bem entendi, deveria ser referida a eventual necessidade de contrair um empréstimo bancário.

Sr. presidente da Câmara: – É o que estou a tentar dizer.

Sr. presidente da Mesa: – Mas não é o que está escrito, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Nesse caso, que se reformule a proposta. Não tenho nada a opor.

Sr. d. m. Artur Lima: – A da Caixa. Não é só o português; é tudo.

Sr. presidente da Câmara: – O que estamos a aprovar é o da Caixa.

Sr. d. m. Artur Lima: – Acho que é do interesse de todos o esclarecimento deste ponto. Então, o senhor presidente da Câmara está a dar-me razão. O que deveria constar aqui seria o aval para uma conta caucionada que é o que isto é tecnicamente.

Sr. presidente da Câmara: – Que resultará num empréstimo.

Sr. d. m. Artur Lima: – Daqui a um ano, se for necessário transformar num empréstimo a 159 meses, faríamos nova votação. *A priori* não podemos estar aqui a aprovar um empréstimo a 159 meses quando não é isso que se propõe. Eu sei do que estou a falar porque tive às minhas costas uma coresponsabilidade financeira de 60 000,00 € por causa da dívida das Sanjoaninas; eu, o doutor Cota Rodrigues, a doutora Andreia Cardoso e todos os que votaram a favor essa proposta.

Há aqui responsabilidades financeiras e não me arrisco que isto vá parar ao Tribunal de Contas. Se isto for votado nestes exatos termos nós vamos votar contra com uma Declaração de Voto de Vencido. Estamos a fazer este alerta preventivamente para nos entendermos. Quem insistir em votar, vote mas nós votaremos contra por uma coisa não corresponder à outra.

Sr. presidente da Câmara: – O que deve ser aqui votado é o que consta do documento bancário porque é isso que está em causa mas o nosso objetivo é que este crédito se transforme num empréstimo a 159 meses. Estamos a apresentar o pior cenário possível que é o limite máximo de endividamento mas poderá ser inferior. É claríssimo; é esse o documento que está aqui em discussão e não há qualquer risco em relação a isso. É essa proposta que está em causa.

Sr. d. m. Artur Lima: – Julgo que, por cautela, seria importante alterar a redação do Ponto 1.5 e nos exatos termos que o senhor presidente acabou de referir. No entanto, não tive

oportunidade de confirmar mas presumo que este mesmo ponto terá ido à aprovação da Assembleia Municipal da Praia da Vitória; se foi, em que termos terá sido aprovado?

Sr. presidente da Câmara: – Também não sei responder a essa questão; se não foi, terá que ir porque as regras são iguais para os 2 lados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Penso que o debate que acabou de ocorrer foi esclarecedor. Há a absoluta necessidade de se alterar a redação deste ponto da Ordem de Trabalhos e há 2 questões separadas que importa discutir.

O projeto da construção de uma central de valorização energética de resíduos na ilha Terceira é, provavelmente, o mais importante que se vai fazer para os próximos anos. Os resíduos têm que ser tratados, a unidade é importante, criará com certeza postos de trabalho e, caso estejam reunidas as condições de segurança (espero que assim seja), permitirá desmantelar o atual aterro sanitário.

Sei que poderá haver riscos de explosão devido ao biogás que é libertado que apresenta perigo nalguns casos mas este projeto poderá contribuir significativamente para a redução de um problema ambiental que ali está. É um projeto importante de muitos milhões de euros que já está atrasado quanto baste e já deveria estar pronto há, pelo menos, 2 anos.

Não podemos fechar os olhos às condições de obtenção deste empréstimo que são leoninas. A entidade bancária que se dispôs a celebrar o contrato com a Câmara Municipal, fá-lo com uma taxa de juro elevadíssima de 6% num empréstimo para pagar num período de 13 anos e um trimestre; o projeto é importante mas o contrato é leonino.

O PSD quer que este projeto ande para a frente mas gostaria de ver negociadas melhores condições com esta ou outra qualquer entidade bancária porque isto ultrapassa o tempo de 2 mandatos autárquicos e tem condições extremamente penalizadoras em termos de juros para a nossa autarquia. Devido a essas condições e ao modo como foi negociado este crédito bancário, não podemos votar a favor. O PSD vai votar contra a contração deste empréstimo nestas condições.

Sr. d. m. António Toste: – Boa tarde Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas. Na sequência do que foi dito pelo deputado Artur Lima, posso sugerir que o texto refira um *plafond*, um limite de crédito ou uma conta caucionada que, após a sua conclusão, seja transformada num empréstimo a 159 meses pelo valor que tiver que ser. É isto que o senhor deputado põe em causa e faz algum sentido.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que o senhor presidente da Assembleia já ditou um texto que satisfaz porque o que queremos aprovar é o documento da proposta da Caixa que está anexo.

Quanto à questão bastante mais substancial e importante apresentada pelo senhor deputado Luís Rendeiro, o juro de 6% não é o que gostaríamos mas foi o melhor que se conseguiu nos tempos correntes. Não é possível conseguir melhor nesta altura, por isso colocámos isto como um possível empréstimo e a TERAMB e o seu conselho de administração continuarão a desenvolver os esforços necessários com vista ao melhor financiamento possível.

Temos que partir para a construção nos próximos dias porque temos um prazo extremamente curto a cumprir. Nesta altura já começam a pairar algumas incertezas sobre tudo isto, dado o atraso do processo face aos limites do quadro comunitário e não podemos perder mais tempo.

A situação económica também evoluirá ao longo dos próximos anos e não ficaremos parados à espera que as coisas se resolvam por si; continuaremos a negociar no sentido de obtermos as melhores condições possíveis.

Embora esta negociação seja anterior ao meu envolvimento neste processo, sei que foram desenvolvidos todos os esforços para a obtenção do melhor possível mas é isto que temos e não podemos deixar de aprovar sob pena de o processo não arrancar na devida altura.

Sr. d. m. Félix Rodrigues: – Acho estranha esta negociação feita com a entidade bancária porque sabemos que há câmaras insolventes neste país. Refiro o caso da Câmara Municipal do Seixal que, no mês passado estava insolvente, pediu um empréstimo de 40 milhões de euros e obteve resposta de 7 entidades bancárias. Quando há resposta de uma única entidade, como aconteceu aqui, parece-me que os juros são um bocadinho chatos, o que penaliza o município.

Tenho uma outra dúvida com as possíveis alterações à redação do Ponto 1.5, para precisar os termos em que estamos a votar este empréstimo. Há uma vagueza tão grande nesta votação que não sei até que ponto se está a votar numa possibilidade que se concretiza e se é qualquer coisa de palpável e votável. Mesmo com outra redação, a coisa fica tão vaga, que a gente está a votar *a priori* uma possibilidade de se realizar um empréstimo.

Independentemente do que venha a seguir e penso que o meu grupo sabe disso, eu não voto em qualquer empréstimo que ultrapasse o prazo de pagamento de 4 anos; é uma questão de princípio porque acredito mais na economia do excedente do que na economia da escassez.

Quem me conhece de outras assembleias municipais sabe que empréstimos não é comigo. É preciso poupar e os empréstimos devem ser feitos para situações extremamente críticas, se bem que considero que o caso da TERAMB e da valorização de resíduos é extremamente importante.

Gostaria de votar uma coisa que, em consciência, me deixasse completamente satisfeito e eu compreendesse o que estaria a votar; parece-me que vou votar algo condicional e isso faz-me muita confusão.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, posso garantir-lhe que o senhor não vai apalpar nada dos 5 milhões.

Sr. presidente da Câmara: – Não vai mesmo. O que estamos a votar aqui é uma autorização que, no final, pode resultar na assunção destas responsabilidades nestas condições, porque é essa a responsabilidade desta Assembleia. Está no condicional porque depende do ritmo de execução da obra, da geração de receitas próprias da TERAMB e depende também de outras possíveis soluções.

Neste momento precisamos de iniciar uma obra, não o podemos fazer sem esta garantia financeira e isto enquadra-se exatamente naquilo que o senhor deputado Félix Rodrigues bem disse sob pena de não haver qualquer investimento que, como se sabe, tem que começar e acabar dentro deste quadro comunitário e estamos nos últimos dias em que isso é possível. Esta é uma das minhas grandes preocupações de momento porque, se não o fizermos, não poderemos levar esta obra a cabo, que é fundamental para o futuro desta ilha.

Quanto à taxa de juro, repito que não participei nesta negociação que é anterior à minha presidência nesta Câmara mas sei que foi feito o melhor possível no atual contexto. Fica o meu compromisso perante esta Assembleia de que serão informados mal haja qualquer alteração mas não me parece que consigamos melhores juros no horizonte mais próximo.

Atrás de tempo, virá tempo, as coisas hão de se alterar e aí teremos que fazer de outra maneira; mesmo assim, 6% acaba por ser um juro inferior àquilo que Portugal paga. Tenho visto por aí uns numerozinhos...

Sr. d. m. Artur Lima: – Não é não. Está mal informado. Como V. Exa. bem sabe, senhor presidente da Câmara, este assunto é urgente desde o dia 15 de outubro de 2010 e reconheço publicamente o seu esforço enquanto secretário do Ambiente para impulsionar e levar avante

este projeto, como V. Exa. também reconhecerá a minha humilde participação nessa matéria para desvencilhar outras coisas num outro fórum que não interessa aqui referir. Felizmente, tudo foi correndo sobre rodas...

Sr. presidente da Câmara: – Rodas muito travadas...

Sr. d. m. Artur Lima: – Podia ter sido pior... Recentemente, a certificação da empresa junto do INCI também com alguma rapidez apesar dos travões. Eu diria que são travões com ABS; travam mas não há acidente e a coisa vai andando.

Sr. presidente da Câmara: – O travão não foi nesse lado; foi nesta casa no passado.

Sr. d. m. Artur Lima: – O travão não foi nesta casa. As coisas correram tão bem com a doutora Sofia Couto e com o engenheiro José Élio Ventura, que se chegou a esta questão do empréstimo. A urgência disto tem 3 anos e quem se atrasou a apresentar o projeto foi a anterior Câmara Municipal como está documentado nas atas do executivo mas não vou entrar nesses pormenores. O que interessa agora, e se está aqui a votar, é este empréstimo que não é um empréstimo mas parece um empréstimo...

Sr. presidente da Câmara: – Mas será empréstimo.

Sr. d. m. Artur Lima: – São condições leoninas para 13 anos de empréstimo e os juros da república portuguesa a 10 anos são inferiores a isto.

Há outros encargos como, por exemplo, a Comissão de Gestão, com mais de 1 000,00 € por mês, quase 14 000,00 € num ano; isto é leonino. Bem sei que o Sporting está a ganhar, está à frente no campeonato mas... menos uma coisinha, senhor deputado João Santos. Este é um empréstimo leonino a 6% de juros.

Se não são precisos 5 milhões, julgo que seria mais prudente fazer-se uma conta caucionada sobre o valor que fosse efetivamente necessário para o arranque do projeto este ano porque vamos ter mais uma reunião da Assembleia Municipal em fevereiro e outra em abril e também se faz a reunião extraordinária, se for necessário, porque sempre sai mais barata do que se estar aqui a aprovar uma coisa que tem encargos elevadíssimos para o município. Recordo que, só na Comissão de Gestão, são mais de 1 000,00 € por mês, o que é exagerado. Depois há as comissões de imobilização e por aí fora. Analisando tudo isto, é um mau negócio para a autarquia, para o fim maior que é o tratamento do problema dos lixos.

É preciso dizer também que não foi da responsabilidade da oposição a escolha do método que se vai utilizar, porque o que nós aprovámos foi um método diferente do que se vai pôr agora em execução.

Isto tem que ser dito e ficar bem claro. Vamos dar um tiro no escuro e votar uma coisa que não é branco nem é preto; é uma nebulosa muito cinzenta. Nós votaremos contra e daremos conta disso ao Tribunal de Contas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É mais uma preocupação do que uma intervenção, senhor presidente. Preocupa-nos o facto de sabermos que foram auscultadas várias entidades bancárias e apenas uma se dispôs a financiar este empreendimento, o que me leva a assumir que a situação financeira dos municípios em causa, que estão por trás da empresa municipal TERAMB, não será tão boa como é propalada, mas será a que conduz a que, apenas uma entidade bancária esteja predisposta a financiar este projeto e o faça nestes moldes. Isso preocupa-me como deputado municipal e acho que devia preocupar a todos.

Sr. d. m. António Toste: – Eu vejo tudo isto de forma diferente. Se calhar, a razão mais lógica será a situação sólida da Caixa Económica da Misericórdia, comparativamente às outras instituições. Esse pode ser um princípio positivo para a Câmara, ao contrário do que o senhor acabou de afirmar.

É preciso referir que, se for feita uma conta corrente caucionada, os juros só serão pagos de acordo com o que se for levantando. O deputado Artur Lima fez uma conta simples, multiplicou o juro pelos 5 milhões mas o empréstimo pode não atingir esse valor, como referiu o senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Artur Lima: – Não é assim. Não é assim.

Sr. d. m. António Toste: – No interesse dos concelhos de Angra e Praia e da própria ilha Terceira, acho que isso deve andar para a frente. Devíamos modificar o texto da forma que eu já disse ou algo parecido, no sentido de se contrair um *plafond*, um limite de crédito ou uma conta corrente caucionada que, posteriormente, poderá transformar-se num crédito no valor do montante em dívida dessa conta corrente que será sempre inferior a 5 milhões, a pagar em 159 prestações. Assim fica tudo definido e não estamos a assinar nenhum cheque em branco. Fala-se por aí que estamos todos interessados em defender a nossa ilha e na prática não se faz isso.

Se o interesse da ilha está acima de tudo, acho que se deve avançar, modificando o texto e aprovar. Se a oposição não quer aprovar, havemos de aprovar nós e vamos assumir essa responsabilidade.

O deputado Artur Lima disse e bem que isto já vem de 2010, estamos a perder o comboio e há urgência em andar com o assunto para a frente. Já dei aqui 2 ou 3 exemplos para se alterar o texto mas poderá haver outros e sabemos muito bem que não estamos a assinar nenhum cheque em branco.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que esta última intervenção esgotou de alguma maneira o que eu ia dizer. Chamo a atenção para a ficha técnica e para o facto de a Comissão de Imobilização ter um montante máximo mensal de 100,00 € e não, de 1 000,00 €. A Comissão de Gestão tem um mínimo de 5 e um máximo de 10 e a Comissão de Abertura de Dossiê vai de 50 a 100. Há limites estabelecidos e isso incidirá sobre a parte a ser utilizada e não sobre o valor total que esperamos nunca atingir.

Não estamos a falar em valores tão elevados quanto isso. Não existem esses valores que foram aqui referidos; temos um máximo de 100,00 €. O que há é um juro de 6%, infelizmente o que é possível no atual contexto.

Esta questão é urgentíssima pelas razões que muito bem referiu o senhor deputado Artur Lima e também reconheço os esforços que ele e o seu grupo parlamentar desenvolveram no sentido de se resolverem estes problemas, sem os quais, provavelmente, não conseguiríamos chegar a este ponto.

Estamos no último ponto de uma viagem mas não chegaremos lá se tivermos alguma hesitação. Este investimento é feito dentro do atual quadro comunitário e terá que ser totalmente executado até abril de 2015, o que é extraordinariamente difícil. Estejam descansados que não há esses valores tão elevados. Temos um juro de 6% mas é o possível nas atuais circunstâncias.

Sr. presidente da Mesa: – Vou repetir o texto com a alteração aceite pelo senhor presidente: “que a proposta da TERAMB vai no sentido da eventual necessidade de contrair um empréstimo bancário à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo até ao valor de 5 milhões de euros.

Sr. presidente da Câmara: – Nos termos da ficha técnica que se anexa, para ficar claro.

Não se registaram mais intervenções. A Proposta constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor do Partido Socialista, 5 abstenções do Partido Social Democrata e 9 votos contra, (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente, queria registar em ata a Declaração de Voto de Vencido dos deputados Félix Rodrigues, Artur Lima e Pedro Ferreira. Muito obrigado.

Sr. d. m. António Toste: – É também para uma declaração de voto, senhor presidente. Respeito o direito da oposição votar contra mas lamento. Fala-se em obras, ou porque não se fazem ou porque têm que se fazer e, num momento tão importante como este, não têm a dignidade de se absterem ou de votarem favoravelmente.

Houve a disponibilidade para se alterar a proposta. Lamento a oposição que temos que tanto critica e, no momento decisivo, quando é preciso coragem para se fazer o que há para fazer, votam contra. É a oposição que temos e à qual já estamos habituados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Eu quero fazer uma declaração de voto e não, uma intervenção. Em nome dos deputados municipais, Luís Rendeiro, Alódia Silva, Péricles Ortins, Rita Andrade, Francisco Câmara e Marisa Sousa, queremos fazer uma Declaração de Voto de Vencido, justificando-a com as condições do empréstimo que entendemos serem altamente lesivas para os interesses do município, apesar de salvaguardarmos a importância da obra em questão.

Entendemos que este processo não terá sido negociado da melhor maneira nem foram obtidas as condições adequadas ao financiamento do município e por um período que vai ser superior a 3 mandatos autárquicos. Muito obrigado, senhor presidente.

1.6 - Contrato-programa a celebrar entre o município de Angra do Heroísmo, o município da Praia da Vitória e a TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 47.º, n.º 5 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do artigo 27.º dos Estatutos da TERAMB.

Sr. presidente da Câmara: – A TERAMB presta, em ambos os municípios da Terceira, o serviço de destino final de resíduos sólidos, matéria que, nos termos da lei, carece de concessão ou de outra forma qualquer de contratualização.

Este contrato já deveria ter sido feito há uns anos; o que se está a fazer, é estabelecê-lo agora para darmos o devido enquadramento legal ao serviço que é prestado pela empresa intermunicipal aos seus 2 municípios sócios e a outras entidades que lhe estão a fazer a referida concessão do tratamento de resíduos sólidos.

Este contrato não tem qualquer reflexo financeiro no ano 2014; eventualmente tê-lo-á em anos futuros, o que dependerá da entrada em exploração do centro de valorização energética e do respetivo rendimento do preço de venda de energia e de um conjunto de outras variáveis que terão que ser estabelecidas ano a ano.

É uma obrigação legal, não pode haver um aterro intermunicipal ou outra estrutura de destino final de resíduos que não esteja devidamente contratualizada em termos de concessão, cuja responsabilidade ambiental esta entidade absorve.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Muito boa tarde e obrigado por me conceder a palavra, senhor presidente. Cumprimento também o senhor presidente da Câmara e restante vereação e os senhores deputados municipais.

A minha opinião acerca do documento que estamos a apreciar é de que o mesmo está bem elaborado, é fundamental e, além de ser um ato de gestão, o grupo parlamentar do PSD vai abster-se, neste caso, concordando com a generalidade.

Gostaria de fazer uma pergunta ao senhor presidente relativa à última cláusula: «*Com início a 1 de janeiro de 2014, tem igual eficácia nos anos 2013 e 2012, aplicando-se retroativamente a 1 de janeiro de 2012.*» Penso perceber que são questões que já estão a decorrer mas peço-lhe um pequeno esclarecimento sobre essa entrada em vigor.

Sr. presidente da Câmara: – Esta cláusula resulta do facto de termos descoberto que não estávamos a cumprir a lei, ou seja, desde 2012 que isto deveria ter sido feito; não o foi e há que sanar os anos em que o aterro esteve a funcionar sem a devida concessão. Prestou-se serviço mas a concessão não existia e é necessária devido ao enquadramento legal da estrutura.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Contrato-programa referido no Ponto 1.6 foi aprovado por maioria com 23 votos a favor do Partido Socialista e 15 abstenções (11 do PSD, 4 do CDS-PP).

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

Sr. d. m. Artur Lima: – O grupo municipal do CDS-PP quer congratular-se com a preocupação do senhor presidente em cumprir a lei e trazer a legalidade a este processo.

1.7- Proposta no sentido de ser concedido um Voto de Louvor à Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha.

Sr. presidente da Câmara: – A Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha completa, no início do próximo ano, 125 anos de atividade ininterrupta, que faz dela uma das instituições em funcionamento há mais tempo no nosso concelho, prestando um excelente serviço à freguesia da Ribeirinha, ao concelho, à ilha e aos Açores em geral.

Neste contexto, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade um voto da própria Câmara e uma proposta para ser submetida a esta Assembleia, no sentido de haver um voto de louvor por parte do município a esta entidade que possa depois ser solenemente entregue no dia do aniversário da instituição que vai acontecer no início de 2014.

Sr. d. m. António Toste: – Antes de mais, quero congratular-me e felicitar o senhor presidente da Câmara Municipal pela proposta de concessão deste voto de louvor pelo 125º aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha, alvará aprovado pelo Governo Civil em 17 de outubro de 1896. A associação foi fundada em 1 de maio de 1889, completando assim, no próximo ano de 2014, nesse mesmo dia, 125 anos de história.

Segundo os seus estatutos, a harmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha fará uma tocata gratuita no dia da festa de N^a Sr.^a do Rosário a quem evocou como padroeira. A festa realiza-se no último domingo do mês de outubro e a filarmónica comemorava o seu aniversário a 1 de novembro, feriado de todos os santos. Com a eliminação do referido feriado, infelizmente para nós, o aniversário é comemorado no domingo mais próximo desse mesmo dia.

Com Sede própria, cerca de 600 associados e um grupo musical constituído por 50 elementos, sendo na sua maioria jovens formados na própria coletividade, a filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha possui um currículo invejável, a destacar as tocatas e os concertos realizados nas demais freguesias da ilha, a participação em intercâmbios regionais, nacionais e internacionais, a gravação de 2 CD's, entre tantos outros eventos.

A Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha é uma referência da freguesia, do concelho e da ilha Terceira, que deve orgulhar a todos, particularmente os ribeirinhenses. Obrigado e um bem-haja.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É para associar o grupo municipal do PSD a este voto à Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha que é uma instituição ímpar e singular com uma importância que transcende os limites da freguesia que a viu nascer. É com todo o gosto e satisfação que nos associamos a este voto e o vamos votar favoravelmente.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O CDS-PP vai também associar-se a este voto à Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha pelos seus 125 anos, a celebrar em 2014, lembrando que as sociedades e bandas filarmónicas da região autónoma dos Açores são à volta de 150. São instituições fundamentais, não só na promoção cultural da nossa vivência, mas também na formação musical de muitos dos nossos jovens, fazendo com que, em vez de enveredarem por caminhos mais desviantes, possam estar ocupados em prol da cultura da sua comunidade.

Nesse sentido, o CDS-PP acaba de fazer aprovar, no âmbito do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014, uma verba superior a 100 000,00 € para apoio a um regime jurídico que está a decorrer nos trâmites normais no âmbito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que prevê a criação de um programa excecional de apoio às bandas e sociedades filarmónicas dos Açores, nomeadamente ao nível dos equipamentos, do transporte dos músicos e de um conjunto de outros encargos como eletricidades e águas que as sociedades têm a seu cargo. Muito Obrigado.

Não se registando mais intervenções e após votação, o Voto de Louvor constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.

1.8 - Proposta para concessão de um Voto de Louvor a Frederico Ferreira, pelas notáveis prestações no Campeonato Europeu de Kickboxing, organizado pela WKF (World Kickboxing Federation), na categoria de 75 Kgs, tendo conquistado duas medalhas de ouro.

Sr. presidente da Câmara: – Este jovem Frederico Ferreira conquistou 2 medalhas de ouro na categoria de 75 Kg na disciplina de Kickboxing no campeonato europeu organizado pela WKF. A Câmara Municipal aprovou esta proposta por unanimidade no sentido de também aqui ser atribuído um voto conjunto dos órgãos do município por um feito incomum no nosso concelho.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Propomos associar-nos a este voto de louvor. Este atleta terceirense, Frederico Ferreira, pela sua brilhante prestação no campeonato europeu de Kickboxing realizado de 28 de outubro a 2 de novembro de 2013, em Bregenz, na Áustria, sagrou-se campeão europeu em *Full Contact* e *Light Contact* na categoria de menos 75 kg, tendo sido o primeiro açoriano a alcançar este título nesta modalidade.

O Frederico trouxe 2 medalhas de ouro para a nossa terra, que são fruto de uma grande dedicação, disciplina, sacrifício e rigor que qualquer desporto de competição exige e será, com certeza, uma grande inspiração para os nossos jovens atletas e um grande orgulho para o nosso município.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Em nome da coerência, o grupo municipal do CDS-PP vai associar-se a esta proposta da Câmara Municipal de Angra, até porque na semana passada fez aprovar, por unanimidade, no plenário da ALR, um voto de saudação pela conquista de 2 medalhas de ouro por parte deste atleta terceirense e angrense.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Também nos associamos e congratulamos com este voto e salientamos o facto de o Frederico Ferreira ser um bom exemplo a seguir. É um atleta da terra que se treina a si próprio, não é um atleta contratado, nem um mercenário do desporto

regional como muitos que por aí andam e que vivem às custas de dinheiro que os clubes não têm.

O Frederico Ferreira é um filho da terra, formado e treinado na terra, e merece de todos nós o máximo respeito e as maiores felicitações. Só quem pratica desporto ao nível em que se situa o Frederico é que reconhece o trabalho e os sacrifícios necessários para se obter uma classificação deste género.

Isto tem um valor muito grande; são muitas horas de treino, muito sofrimento e todos os votos de parabéns ou louvores são pequenos demais para o mérito do feito que o Frederico alcançou. A bancada municipal do PSD não poderia deixar de se associar a este Voto de Louvor.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Voto de Louvor a Frederico Ferreira, constante do Ponto 1.8, foi aprovado por unanimidade.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal ao Conselho de Ilha da Terceira, nos termos da alínea b) do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A de 10 de julho.

Foram eleitos, pela aplicação do método de *Hondt*, após votação por escrutínio secreto, os seguintes membros:

- **Lista A:** - Péricles Pereira Ortins.
- Pedro Miguel de Borba Ferreira.
- **Lista B:** - Marília Margarida Enes Garcia de Vargas.
- João Luís Sanchez dos Santos.

2.2 - Eleição de três membros da Assembleia Municipal e designação de dois presidentes de Junta de Freguesia a fim de integrarem o Conselho Local de Educação de Angra do Heroísmo, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1, artigo 135.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de junho.

Foram eleitos, após votação por escrutínio secreto, com 37 votos a favor, os seguintes membros:

- **Representantes da Assembleia Municipal:**
 - Maria Luísa da Cunha Ribeiro.
 - Isabel Maria Diniz Berbereia.
 - António Félix Flores Rodrigues.
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:**
 - Ana Maria Sousa de Lima Borges.
 - Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

2.3 - Eleição de quatro presidentes de Junta de Freguesia e de um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, no máximo de cinco, a fim de integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos das alíneas d) e l) do n.º 4 do respetivo regulamento, em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98 de 18 de julho.

Foram eleitos, após votação por escrutínio secreto, com 37 votos a favor, os seguintes membros:

▪ **Representantes da Assembleia Municipal:**

- António Gonçalves Toste Parreira.
- Paulo Jorge Pimentel da Silva.
- José Machado Ferreira dos Santos.
- Rómulo de Ficher Correia.

▪ **Cidadãos de reconhecida idoneidade:**

- Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.
- Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba.
- Francisco Severino Bettencourt.

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado municipal Pedro Ferreira para uma interpelação à Mesa.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – No mandato autárquico anterior – não na qualidade de representante desta Assembleia Municipal porque não estava cá –, eu fazia parte e cheguei a participar em algumas reuniões do Conselho Municipal de Juventude e estranho que hoje, e fazendo parte de representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Juventude, o mesmo não tenha vindo aqui mas posso estar equivocado.

Gostaria de saber se continua em atividade porque, desde os primeiros 2 anteriores presidentes da Câmara, o Conselho Municipal de Juventude nunca mais reuniu.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – No seguimento da intervenção do senhor deputado Pedro Ferreira, lembro que a última reunião do Conselho Municipal da Juventude serviu para que esse Conselho se pronunciasse acerca dos documentos previsionais da Câmara Municipal, depois de os mesmos já estarem aprovados em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, o que não me parece que faça qualquer sentido.

A pronúncia do Conselho Municipal da Juventude sobre os documentos previsionais deve ocorrer antes da sua aprovação de modo a que ambos os órgãos tenham em conta o Parecer desse Conselho porque não faz sentido que o mesmo se pronuncie acerca de um facto consumado. O Conselho Municipal da Juventude foi convocado pela última vez há 2 anos. Como não foi convocado este ano, gostaríamos de saber se o órgão ainda existe.

Sr. vereador Guido Teles: – Senhor presidente da Mesa da Assembleia, muito obrigado por me conceder a palavra. Cumprimento também os restantes membros da Câmara e os senhores deputados municipais.

Sabemos que o Conselho esteve inativo nos últimos tempos. O regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude foi alterado em 2012 e o Conselho Municipal de Juventude de Angra ainda não foi adaptado a esse regime.

É nossa intenção, como constava do nosso manifesto eleitoral e que pretendemos cumprir, adaptar em primeiro lugar o regulamento do regime jurídico regional e colocar o Conselho em funcionamento conforme é pretendido por todos nós.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O Conselho Municipal da Juventude não esteve inativo por culpa dos seus membros mas porque não foi convocado.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, mais uma interpelação se me for permitida. Peço que, no final da reunião, seja facultada aos grupos municipais do CDS-PP e do PSD, uma cópia da minuta da ata.

Quero apresentar também um lamento em tom crítico porque, mais uma vez, à exceção do jornal Diário Insular, mais nenhum órgão de comunicação social da ilha Terceira e dos Açores

apareceu por cá para dar cobertura aos trabalhos desta Assembleia, pondo provavelmente em causa o serviço público de rádio e televisão.

Na senda do que é a tradição do grupo municipal do CDS-PP, nomeadamente através do ex-líder doutor Nuno Melo Alves, quero expressar esta crítica pela falta injustificada da RTP Açores nestes trabalhos; nem, quando, infelizmente, os assuntos são polémicos, aquela estação se digna fazer a cobertura dos trabalhos da segunda maior assembleia municipal dos Açores.

Sr. d. m. João Santos: – Como presidente do anterior Conselho Local de Educação, quero alertar a Câmara Municipal que as últimas reuniões decorreram quase sempre sem quórum. É muito difícil conseguir quórum nestes Conselhos, devendo fazer-se algum trabalho nesse sentido. Nunca foi possível aprovar os documentos nem sequer rever o regulamento do Conselho Local de Educação porque, nas últimas 5 reuniões, nunca houve quórum e há alguma quota-parte de responsabilidade dos participantes no funcionamento desses Conselhos.

Para desanuviar no fim da Assembleia em tom de brincadeira, há bocadinho comentei com o deputado Luís Rendeiro que a comunicação social esteve mais presente do que nunca porque tive a sensação de que estávamos a ouvir rádio em direto cada vez que o deputado Pedro Ferreira intervinha.

Sr. presidente da Mesa: – É recorrente. Há 7 anos que presido a esta Assembleia e, que me lembre, a RTP apareceu aqui apenas uma vez. Não registo a presença do Diário Insular mas a presença de uma cara simpática do Diário Insular, o que é totalmente diferente.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações**, a qual, depois de apreciada e votada, foi aprovada por unanimidade.*

Sr. presidente da Mesa: – Quero desejar ao senhor presidente da Câmara, às senhoras e senhores vereadores e às senhoras e senhores deputados municipais umas boas festas e que, como prenda, vos seja dado o bem mais precioso que o homem pode ter que é saúde para todos vós e para as vossas famílias. Um bom ano de 2014 para todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 16H25M do dia 18 de dezembro de 2013, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz